



2



O modo petista de fazer eleições

METODOLOGIA E INSTRUMENTOS PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| METODOLOGIA E INSTRUMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO | 4 |
| INTRODUÇÃO | 5 |
| I. PREPARAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO | 7 |
| II. A ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO E DA REGIÃO | 17 |
| III. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DO GOVERNO ATUAL E SUA REALIZAÇÃO | 36 |
| IV. ESTABELECIMENTO DE PRIORIDADES E INDICAÇÃO DE PROPOSTAS PARA O PROGRAMA DE GOVERNO | 38 |
| V. ROTEIRO DE PROGRAMA DE GOVERNO | 40 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 42 |
| ENDEREÇOS ELETRÔNICOS ÚTEIS | 43 |



METODOLOGIA E INSTRUMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO

A elaboração do Programa de Governo tem como base as diretrizes partidárias e o planejamento geral da campanha, junto aos quais são definidas as prioridades e os grandes projetos e programas a serem defendidos pelas candidaturas petistas e que devem estar explícitos no Programa de Governo.

O Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) Nacional apresenta aos diretórios do PT as publicações *Diretrizes para a Elaboração de Programa de Governo e Atuação Parlamentar* e *Metodologia e instrumentos para a elaboração de Programas de Governo*, subsídios para a elaboração de programas de governo municipal, de forma que se trabalhe, em todo o País, com idéias e conteúdos comuns, articulados em seis eixos:

1. *Participação cidadã e controle social: por uma cultura democrática e transformadora na vida pública;*
2. *Desenvolvimento local sustentável como fator de geração de trabalho e renda e promoção da igualdade social;*
3. *Políticas sociais e de garantia de direitos;*
4. *Gestão ética, democrática e eficiente;*
5. *Gestão democrática do território;*
6. *Afirmção dos direitos: raça, gênero e orientação sexual.*

Apresentamos, nesta publicação, uma *metodologia* que detalha as etapas de preparação do Programa de Governo e indica *instrumentos* para viabilização dessas etapas e de suas atividades, orientados pelas *Diretrizes*.

Tanto candidaturas ao Executivo quanto ao Legislativo municipal podem se apropriar destas sugestões para a elaboração do Programa de Governo e para a Atuação Parlamentar.



INTRODUÇÃO

Entendendo os conceitos e a dinâmica sugerida

Neste texto, **metodologia** é um conjunto de procedimentos que serão utilizados para elaborar o Programa de Governo – o modo de fazer.

A metodologia sugerida prevê o trabalho por etapas, que podem ser sucessivas ou simultâneas, conforme a realidade local.

Instrumentos são ferramentas indicadas para auxiliar o desenvolvimento dessa metodologia.

Os instrumentos aqui sugeridos contribuem para:

- registro sistemático das atividades de elaboração do Programa de Governo;
- sistematização de dados e informações sobre o município e sobre a realidade da ação do atual governo municipal;
- indicação de necessidades e demandas, para a definição de prioridades e compromissos do Programa de Governo;
- registro de propostas articuladas às necessidades e demandas da população;
- articulação das propostas do Programa de Governo com as diretrizes do partido e os princípios que orientam a campanha municipal de 2008;
- articulação das propostas de governo com as políticas do governo federal;
- formatação do Programa de Governo que deve indicar de maneira explícita, objetiva e didática as intenções e os compromissos das candidaturas do PT às eleições municipais de 2008.

Tais instrumentos são contribuições que devem ser adequadas à especificidade de cada município, sob forma de:

- **Perguntas** - Provocam a identificação dos problemas, da realidade do atendimento, das potencialidades e das necessidades e demandas.
- **Tabelas** - Contribuem para a visualização dos dados. Facilitam a análise das informações, por parte do grupo de trabalho, possibilitando olhar e comparar, rapidamente, as várias informações.
- **Formulários** - Facilitam a padronização dos registros e informações.
- **Roteiros** - Sugerem as seqüências de atividades ou pesquisas para elaboração e sistematização de dados, propostas e diagnósticos.
- **Indicação de fontes de informação sobre dados do município.**
- **Orientações gerais.**

É importante que os instrumentos utilizados na elaboração do Programa de Governo, bem como todos os registros efetuados e a sistematização de dados, estejam disponíveis para toda a equipe de trabalho.



As etapas específicas de elaboração do Programa de Governo são as seguintes:

1) Preparação do programa

É o momento de agregação de apoiadores, aliados e simpatizantes e ampliação da ação política do partido em relação à sua militância e à sociedade em geral.

Nesta etapa é feito o levantamento dos dados e das informações que subsidiarão a elaboração do diagnóstico do município e a definição das prioridades e das propostas que comporão o texto do programa de governo.

2) Estruturação formal do programa de governo

O texto do programa de governo deve apresentar as diretrizes, o diagnóstico, as prioridades e as propostas do PT para o município. Depois de redigido, o texto deve ser apresentado para aprovação em convenção partidária e se tornar referência de campanha.

3) Ampliação e detalhamento do programa ao longo da campanha

Com a vitória nas eleições, incorporamos mais duas etapas. É importante que estas etapas já estejam previstas, como compromissos do próprio programa:

4) Processo de transição

Nesta etapa, de forma transparente e democrática, deve-se realizar uma análise objetiva das condições da administração municipal a ser assumida e a compatibilização de propostas defendidas no programa de governo e os prazos, possibilidades, orçamentos e recursos humanos necessários e disponíveis no governo municipal.

É neste processo que as negociações de estruturação do governo são feitas tomando por base os compromissos expressos pelo programa e as necessidades do próximo governo, em que se inclui o perfil daqueles que serão indicados a compor as equipes de governo.

5) Elaboração do plano de governo

O plano de governo é fruto do primeiro momento de planejamento formal do governo eleito. Incorpora os resultados do processo de transição e estabelece as diretrizes e medidas necessárias à transformação do programa de governo em plano de ação da gestão a ser assumida.

O detalhamento destas etapas está no **Caderno Metodologia para elaboração dos Programas de Governo**.

★

★

★



I – PREPARAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

A preparação do Programa de Governo envolve:

a) Organização da equipe de trabalho

Antes de dar início à elaboração do Programa de Governo é preciso organizar um grupo de trabalho fixo e constante, que se comprometa a acompanhar todas as etapas de elaboração do Programa de Governo.

Este grupo de trabalho é importante para:

- constituir referência a que o candidato ou candidata possa recorrer quando houver necessidade de recuperar alguma discussão feita ao longo do processo e/ou detalhar algum aspecto do Programa que não tenha sido explicitado, dada a necessidade de que o Programa de Governo seja o mais objetivo possível;
- garantir que as experiências acumuladas durante a elaboração do Programa de Governo possam ser recuperadas a partir da memória das pessoas que participaram do grupo de trabalho. A experiência dos que acompanham todo o processo é insubstituível;
- garantir um grupo de pessoas que possam auxiliar no Processo de Transição e na elaboração do Plano de Governo, caso o PT ganhe as eleições. Esta é uma maneira de tornar o Programa de Governo uma referência concreta para a gestão.

Deverão integrar o grupo de trabalho para elaboração do Programa de Governo:

- Candidatos e candidatas.
- Coordenadores de campanha – responsáveis por coordenar a política e articular o planejamento de campanha com a elaboração de Programa de Governo.
- Dirigentes e militância partidária – é importante garantir o envolvimento de pessoas que conhecem o partido, sua história, estrutura, suas diretrizes e os debates sobre a política nacional, regional e municipal. O Programa de Governo não pode e não deve ser um produto formal, elaborado por um grupo de técnicos e intelectuais que não tenham compromisso com as diretrizes do PT. Além disso, são os integrantes do partido que possuem acúmulo e experiência sobre outras campanhas políticas.

É importante também envolver as *Secretarias*¹ e os *Setoriais*² do PT que possuem conhecimento sobre temas que serão tratados no Programa de Governo:

- Agentes sociais que estejam dispostos a colaborar na eleição de uma candidatura do PT, tais como:

¹ **Secretarias:** Mulheres, Sindical, Combate ao Racismo, Cultura, Meio Ambiente e Movimentos Populares.

² **Setoriais** sob responsabilidade da Secretaria de Movimentos Populares: Agrário, Assuntos Indígenas, Ciência e Tecnologia, Comunitário, Direitos Humanos, Economia Solidária, Educação, Esporte e Lazer, GLBT, Mineral, Moradia, Pessoas com Deficiência, Saúde, Segurança Alimentar, Transportes.



- Lideranças locais e profissionais que conheçam bem a realidade do município. Neste momento, o objetivo não é constituir um grupo em que todos os agentes sociais estejam representados, mas identificar entre os diversos agentes aqueles que poderão se integrar ao grupo de trabalho, tais como membros de conselhos de escola, de saúde, agentes de educação e saúde, lideranças das igrejas, juízes, advogados, parlamentares, lideranças de movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos patronais e de trabalhadores rurais e urbanos, associações comerciais, federações da indústria, lideranças de cooperativas agropecuárias, membros de organizações não-governamentais etc.

Um grupo de trabalho, para ser eficiente, não pode ser muito grande. Haverá um momento posterior em que os demais agentes sociais serão envolvidos.

- Colaboradores e especialistas que possuam conhecimento sobre temas que serão abordados no Programa de Governo.
- Pesquisadores de institutos de pesquisa ou de universidades, professores e técnicos de áreas específicas.

É importante garantir que neste grupo haja pessoas que:

- Conheçam a realidade social, econômica, política e cultural do município, bem como sua história;
- Tenham informações sobre a conjuntura econômica, política, social e cultural do estado;
- Conheçam as políticas do governo Lula e como estas têm impulsionado o projeto de desenvolvimento nacional;
- Conheçam a máquina pública ou que tenham tido experiência de governo (parlamentares, por exemplo, caso o partido não seja governo);
- Tenham conhecimento da realidade institucional, da legislação que rege o município e familiaridade com a leitura da legislação;
- Saibam pesquisar, sistematizar e ler relatórios, dados oficiais, dados estatísticos, dados de pesquisa de opinião pública etc.;
- Tenham familiaridade com o uso da Internet;
- Saibam elaborar textos de referência para discussão no próprio grupo de trabalho e com setores da sociedade, com linguagem objetiva e fiel ao que tenha sido discutido. Estas pessoas serão muito importantes também no momento de escrever o texto do Programa de Governo.

b) Definição da estrutura de apoio

Deve-se garantir um grupo responsável pela estrutura de apoio e providenciar a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento de cada uma das etapas de elaboração do Programa de Governo: trabalho de secretaria em geral, coordenação de agenda do grupo de trabalho, monitoramento do cronograma de trabalho, contato com o GTE estadual e nacional, estabelecimento de contato com setores da sociedade para organização de grupos de discussão etc.

DICA - O Diretório Municipal do PT pode fornecer esta estrutura de apoio. Caso o partido não esteja suficientemente organizado em seu município, o momento de campanha pode ser uma oportunidade para que isso aconteça. A constituição de um grupo de trabalho enxuto que tenha disposição, tempo, vontade e compromisso com as diretrizes do PT e com as candidaturas que ele apresenta e a articulação com os diretórios municipais vizinhos e com o Diretório Estadual poderão contribuir para a superação das dificuldades e otimizar recursos e ações.

O importante é garantir que todas as etapas de elaboração do Programa de Governo sejam realizadas, respeitadas as possibilidades e a estrutura de cada município. Por isso,



essas são orientações gerais e cabe a cada município adaptá-las conforme suas possibilidades e sua criatividade.

DICA - O uso da Internet permite acessar bancos de dados de vários lugares do País, entrar em sites do governo federal, estadual, institutos de pesquisa, de universidades, sobre as experiências nas prefeituras e câmaras municipais, o que facilita a pesquisa de dados sobre o município e sobre a máquina pública.

c) Participação da população na elaboração do Programa de Governo

Embora a elaboração do Programa seja uma ação partidária, é importante criar condições para possibilitar a participação do maior número possível de pessoas, organizações e entidades nesse processo.

Nossa prática de diálogo deve ser demonstrada e exercitada muito especialmente neste período. Quanto mais amplo o envolvimento de diferentes setores sociais e segmentos profissionais, mais rico será esse processo, maiores possibilidades teremos de ampliar os apoios na campanha e as propostas serão mais bem aceitas pela população.

Esse Programa deve ser o reflexo, o mais real possível, das demandas, perspectivas e necessidades da população local identificadas no território, a partir das diretrizes e contribuições do nosso partido para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Algumas dicas para ampliar a participação na elaboração do Programa:

- Listar, em formulário próprio, nomes e formas de contato de lideranças de entidades de bairro e da zona rural, sindicatos, organizações da sociedade civil, pesquisadores, diretores de escola, servidores públicos, empresários, moradores etc., pessoas que possam ser convidadas a contribuir na discussão dos problemas e propostas para a cidade.
- Prever locais, horários adequados para reuniões e pautas para envolvimento dessas pessoas em debates locais, de pequenos grupos ou de grupos mais amplos.
- Convidar pessoas para debater os temas com os quais elas tenham afinidade ou interesse. Esses debates devem ser planejados, bem organizados, para garantir que os participantes possam expressar suas idéias, que devem ser registradas pela equipe do diretório ou pessoa responsável. É importante que, ao final de cada debate, o coordenador ou coordenadora da reunião faça um resumo das principais idéias apresentadas, para que todos saiam da reunião com a certeza de terem contribuído.
- Quando houver uma reunião ou um seminário para debater um tema que seja incluído no Programa de Governo, é importante que os participantes tenham, depois, conhecimento de como o tema foi tratado pela equipe responsável pela elaboração do Programa de Governo. Assim, é fundamental ter uma lista de presença com indicações de como entrar em contato com os presentes no debate.

DICA – Há outras formas de participação da comunidade ou de grupos na elaboração do programa, tais como o uso de pesquisas de opinião, a coleta de sugestões por meio de uma urna em um bairro, em uma associação, escola, posto de saúde, sindicato, o uso de um site interativo onde as pessoas possam colocar sua opinião, um mural de propostas no comitê etc.

d) Planejamento do trabalho de elaboração do Programa de Governo

As atividades de elaboração do Programa de Governo devem ser bem planejadas, definindo-se os objetivos, as ações necessárias para concretizar os objetivos e as atividades para realizar cada ação.



O planejamento é um processo e deve ser registrado de forma escrita, passo a passo, para socializar as informações, balizar a ação comum das equipes e possibilitar o monitoramento, avaliação e revisão das ações propostas.

Um bom planejamento depende de uma série de iniciativas do diretório:

- Estimular dirigentes e a militância partidária para que garantam e participem do processo de planejamento e de elaboração do Programa de Governo.
- Constituir a equipe coordenadora e as equipes de trabalho para o processo de elaboração do Programa de Governo.
- Conhecer as diretrizes e os eixos que norteiam a elaboração da proposta.
- Identificar e arremeter especialistas e outras pessoas que tenham experiência nas várias áreas, que irão contribuir na elaboração de diagnósticos, das propostas e da redação do Programa de Governo.

O planejamento irá:

- Definir como será a participação da sociedade na elaboração do programa e quais as estratégias para isso.
- Apontar a estrutura de apoio necessária (recursos humanos, computadores, impressoras, Internet, telefones, salas de reuniões e plenárias).
- Ter como resultado a definição das etapas do trabalho, definição de prazos, do cronograma e das formas de ação da equipe.

A equipe de Programa de Governo deve ter um responsável pelo plano de trabalho, articulado ao Planejamento da Campanha, que deve monitorar as ações, os produtos, os prazos, os responsáveis e os recursos disponíveis e necessários. É importante que tudo o que se faça seja documentado e registrado no partido.

e) Metodologia das reuniões sobre Programa de Governo

As reuniões (oficinas de trabalho, reuniões temáticas, plenárias e as assembleias com população) devem ser planejadas e preparadas com antecedência, de maneira a garantir a infra-estrutura e o material adequado ao cumprimento dos objetivos das reuniões.

Responsáveis

Dentro do grupo de trabalho para elaboração do Programa de Governo, uma pessoa deve ser designada para verificar se as condições de infra-estrutura para reuniões estão adequadas.

A responsabilidade da preparação da reunião pode ser dividida com aqueles que já tenham a responsabilidade de organizar reuniões no diretório ou comitê.

Preparação

Antes das reuniões, o grupo de trabalho deve:

- Preparar todo o material que será usado durante as atividades: os dados e informações disponíveis, mapas do município, textos elaborados, dados sobre as políticas do governo Lula (nacionais, regionais e, se possível, municipais), instrumentos que poderão ser utilizados (como os que são sugeridos aqui), em material acessível, de fácil visualização e em quantidade adequada.
- Garantir **logística** necessária ao bom andamento das atividades, providenciando:
 - Cadeiras em número suficiente para acomodar a quantidade de participantes esperados;
 - Cadeira e local definido para a coordenação da reunião;
 - Mesa com cadeiras para quem vai receber os participantes e controlar as listas de presença;



- Conjunto adequado de cadeiras e mesas se for trabalhar com mapas;
- Painéis para exposição de mapas;
- Equipamento de som (microfone e caixas) – se necessário;
- Equipamento para gravação ou registro (isto é importante – se não gravar, alguém tem que registrar as falas);
- Equipamentos de projeção (retro-projetor e transparências, data-show, CD, disquetes, tela de projeção – ou parede apropriada – e computador);
- Cópias, para todos os participantes, dos materiais que serão utilizados e discutidos;
- Formulário para registro do andamento da reunião (ata);
- Formulários diversos a serem preenchidos;
- Listas de presença impressas;
- Cartelas para registro (ver detalhamento a seguir);
- Papel madeira para registro da discussão e colagem das cartelas;
- Lápis, canetas esferográficas, canetas hidrográficas;
- Fita crepe;
- Papel para anotações;
- Equipamento para registro em fotografia ou filme;
- Disponibilização de informações para a participação nas reuniões como: o cronograma, seus objetivos, o material que será utilizado e o que mais for considerado relevante para uma participação com qualidade.
- Garantir que as informações sejam amplamente divulgadas com antecedência suficiente a fim de que o tempo da reunião seja bem aproveitado.
- Garantir local agradável (sem barulho, com condições climáticas e infra-estrutura adequadas e acomodações suficientes) e compatível ao número de participantes, não esquecendo de providenciar local com fácil acesso para pessoas com dificuldades de mobilidade (salas sempre em locais térreos ou com rampas ou elevadores).



INSTRUMENTOS SUGERIDOS PARA REUNIÕES

I. Técnica de visualização com utilização de cartelas

É muito importante que, em cada reunião de planejamento, de discussão de temas e de definição de propostas, se utilize um recurso de visualização que permita aos participantes ver o que está sendo proposto, debatido e concluído.

Um dos recursos de visualização é a utilização de *cartelas*, que são pedaços de cartolina ou de papel comum, medindo 11x21 cm. Essas cartelas serão usadas para que as pessoas escrevam ali suas idéias. É um recurso que permite maior participação do grupo, pois rompe com a cultura da fala monopolizada, autoritária, hierárquica e inibidora da participação, predominante em atividades ou reuniões de grupos. Com a visualização por meio de cartelas, todas as pessoas podem colocar suas idéias perante todos os demais participantes.

A pessoa que modera a reunião organiza as cartelas num mural ou na parede, de forma lógica (por exemplo, por tema, por conjunto de idéias semelhantes). Se as idéias estão confusas ou aparecem idéias conflitantes, o moderador ou moderadora do grupo propõe a reescrita ou a junção das cartelas, até que as idéias fiquem claras para todos.

A visualização por meio de cartelas pode assegurar:

- A possibilidade de expressão de todos os participantes do grupo, na qual cada pessoa registra suas idéias em cartelas.
- A consideração de todas as idéias apresentadas, dando a elas o mesmo peso e valor, não havendo distinção de quem propôs ou do que foi escrito.
- A construção do debate, de maneira transparente e democrática, pois todas as idéias apresentadas podem ser discutidas e reformuladas com a participação de todo o grupo.
- Maior identificação do grupo com a discussão e o trabalho construído na reunião.
- A síntese das idéias, conduzindo a discussão para os aspectos centrais e essenciais, em contraposição aos longos discursos ou explicações que podem cansar e confundir os participantes.
- A redução de mal-entendidos, pois as idéias são registradas objetivamente e aprovadas (ou não) pelo grupo.
- O aprofundamento da discussão, pois a formulação definitiva da idéia passa por reformulações do que está escrito nas cartelas ou a junção em blocos de idéias, até que o grupo entenda ou decida sobre as idéias centrais.
- A otimização do tempo gasto na atividade, pois a coleta das opiniões é simultânea – todos escrevem ao mesmo tempo.
- O acompanhamento e a possibilidade de retomada da discussão em qualquer momento, uma vez que as cartelas ficam afixadas em painéis expostos durante toda a atividade.
- Facilidade na elaboração do relatório da atividade, pois os painéis representam a elaboração simultânea e coletiva do evento e já indicam o conteúdo do relatório.

Restrição de utilização

Esse instrumento não deve ser utilizado em grupos nos quais a maioria das pessoas não



é alfabetizada. Quando o número de pessoas não-alfabetizadas é pequeno, pode-se pedir para outro participante ou alguém da equipe registrar a idéia na cartela.

Se na atividade há um número muito grande de participantes, um coordenador ou coordenadora pode escrever as idéias apresentadas nas cartelas, de forma mais sintética, e afixar no mural.

Material utilizado

- Cartelas de cartolina ou papel simples, no tamanho de 11 cm X 21 cm, em várias cores.
- Pincéis ou canetas com ponta grossa para todos os participantes.
- Folhas de papel madeira para afixar as cartelas.
- Painéis de cortiça ou paredes para afixar as folhas.
- Fita crepe para afixar as cartelas (ou alfinetes com cabeça para afixar as cartelas nos painéis de cortiça).

Logo no início da atividade é preciso apresentar a forma de utilizar as cartelas. Prepare antecipadamente um cartaz, com estas orientações gerais:

Orientações sobre a escrita com cartelas

| Como fazer | Por quê? |
|---|---|
| Escreva de forma legível. | Permite que todos possam ler o que foi escrito. |
| Escreva no máximo 4 linhas por cartela. | |
| Escreva uma idéia por cartela. | Permite a organização das idéias. |
| Evite palavras isoladas. | Evita mal entendidos. |
| VALE O QUE ESTÁ ESCRITO! | |

2. LISTA DE PRESENÇA

Toda e qualquer reunião deve ter uma lista de presença. Ela pode ser elaborada de forma padrão. Cada responsável pela atividade preenche as informações iniciais para que os demais participantes completem com seus dados.

É importante, depois, guardá-las em lugar de fácil acesso para a equipe e para o pessoal de apoio que deverá registrar e utilizá-las para fazer convites, enviar correspondências, e-mails, telefonar etc.

Lista de presença (exemplos)

| | | | | | | | |
|-----------------------------------|---|--------------------------|---------------------------|--------------------------------------|-----------------|---------------|-------------------|
| Título/tipo de atividade | (reunião do comitê de coordenação da campanha) | | | | | | |
| Data da realização | (Dia 5 de maio de 2008) | | | | | | |
| Horário (início e término) | (18 – 21 horas) | | | | | | |
| Local de realização | (Sala de reuniões do Centro Comunitário do Bairro São José) | | | | | | |
| Coordenação da atividade | (João José) | | | | | | |
| Nome do participante | Instituição a que pertence | Função no partido | Função na campanha | Endereço para correspondência | Telefone | e-mail | Assinatura |
| | | | | | | | |



3. MODELO DE ATA OU RELATÓRIO DE ATIVIDADE

É importante que toda atividade tenha um registro formal, por escrito, que deve ser colocado à disposição da equipe de elaboração do programa, para que todas as pessoas tenham informações sobre o processo. Deve ser feito de forma simples e objetiva. O importante é que contenha as principais questões abordadas, as decisões, as pendências e os encaminhamentos.

Relatório de atividade (exemplo)

| | | |
|--|--------------------------------------|--------------------------------|
| Tipo de atividade | (reunião do grupo de trabalho) | |
| Data de realização | (Dia 12 de maio de 2008) | |
| Horário (início e término) | (Das 18 às 21 horas) | |
| Local de realização da atividade | (Sede do PT municipal) | |
| Coordenação da atividade | (Nome de quem coordenou a atividade) | |
| Pauta da reunião e/ou atividade (quais os assuntos tratados?) | | |
| | | |
| Informações sobre cada item da pauta (o que se debateu?) | | |
| | | |
| Decisões (o que se concluiu e encaminhamentos?) | | |
| | | |
| Pendências (o que falta ser resolvido?) | | Encaminhamentos (o que fazer?) |
| | | |
| Atividades combinadas, a partir da reunião. | Responsáveis | Prazos de execução |
| | | |
| Responsável pelo relatório (nome de quem redigiu o relatório da atividade) | | |
| | | |

4. REGISTROS DO PLANEJAMENTO DA ETAPA PREPARATÓRIA

Formulário para registro da equipe responsável pelo Programa de Governo (exemplo)

| Nome | Função na campanha | Função no partido | Instituição | Área de acúmulo ou interesse | Disponibilidade de tempo | Telefone/e-mail para contato | Obs. |
|---------|-----------------------|-------------------|-------------------------|------------------------------|--------------------------|------------------------------|------|
| Maria | Candidata a vereadora | militante | Sociedade Amigos Verdes | Bairro S.José, Transporte | 2 noites por semana | mmmm@nnn.com.br 584649237 | |
| José | Coordenador | | | | | | |
| Ana | Dirigente PT | | | | | | |
| Antonio | Colaborador PG | | | | | | |



Formulário para registro de necessidades de infra e pessoal (exemplo)

| Recursos Necessários | | | | |
|---|---------------|---|--|--------|
| Equipamentos | Espaço físico | Pessoal fixo e de apoio | Material de trabalho | Outros |
| 6 mesas e 6 cadeiras, 1 mesa de reunião, 4 computadores com Internet, 1 impressora, 2 linhas telefônicas, 1 mural de recados | 2 salas | Coordenador, 1 secretaria, 1 apoio administrativo | Material de escritório, Documentos do PT, Documentos sobre o município | |

Formulário para registro das etapas do processo de elaboração do Programa de Governo (exemplo)

| Atividades | Tarefas | Prazo | | Responsável | Apoio | Recursos necessários |
|--|---|--------|-------|-------------------------|-----------------------|---|
| | | Início | Fim | | | |
| Definição dos Eixos e diretrizes do programa | Estudo coletivo do material do partido, Seminário de planejamento | 25/4 | | José Carlos | Carlos | Material impresso, Mural para registro, Cartelas e canetas para registro das opiniões, Material para debate |
| | | 25/5 | | Ana Neves | | |
| Seminários para construção das propostas | 1. Listar pessoas e organizações sociais a serem convidadas | 5/06 | 20/06 | José Carlos e Ana Neves | Secretaria do partido | Computador, Telefone, Material de escritório |
| | 2. Indicar locais e datas dos seminários | 15/06 | 30/06 | Marcos e José Carlos | | Listagens das pessoas e organizações a serem convidadas |
| | 3. Reunião para definição do cronograma e pauta dos seminários | | 30/6 | José Carlos | Secretaria do partido | Local para reunião, confirmação dos participantes, apresentação da proposta dos seminários. |

★

★

★



II - A ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO E DA REGIÃO

Um bom Programa de Governo começa com um bom diagnóstico sobre o município e sobre a região. É a oportunidade que o candidato ou a candidata e sua equipe têm para conhecer mais detalhadamente o município que pretendem governar e aprender sobre o funcionamento da máquina pública, principalmente nos municípios em que o PT ainda não é governo.

A - Caracterização do município e dos serviços públicos

Para qualquer Programa de Governo ser realista e adequado às necessidades do município, é preciso ter um quadro geral com a caracterização da cidade.

Isto se consegue com pesquisas, nas publicações e sites do IBGE, das secretarias e órgãos estaduais de planejamento, na Câmara Municipal, nos órgãos da prefeitura, nos ministérios e secretarias, nos órgãos federais de estímulo ao desenvolvimento (Sudam, Sudene, BNDES), em universidades, em institutos de pesquisa. É possível contar com a colaboração de estudantes, professores e servidores públicos para construir o quadro geral de dados sobre o município.

Os dados servem como base para as várias análises na elaboração do diagnóstico e propostas que o Programa de Governo irá apontar. A falta de conhecimento da realidade desqualifica os candidatos ou as candidatas e os faz apresentar propostas inadequadas.

A coleta de dados sobre o município pode ser mais ou menos detalhada, de acordo com a necessidade, possibilidade ou interesse da equipe em aprofundar sua análise. Os dados podem ser detalhados por faixas etárias, por sexo, distritos ou bairros, área urbana ou rural, etc. Destacamos a importância de se buscar localizar os dados no território, isto é, nas várias regiões ou bairros do município, pois isso pode indicar ações diferentes em cada lugar a partir de uma mesma diretriz.

É muito comum encontrarmos dados de dois a quatro anos atrás. Muitos dos dados e indicadores oficiais mais recentes se baseiam no Censo Demográfico do IBGE. No caso de só ter dados do Censo do ano 2000, é importante buscar dados mais atuais, pois uma gestão de governo já terá se passado e muita coisa pode ter mudado.

Essas informações devem ser organizadas em um banco de dados, de onde se poderá extrair relatórios e fazer cruzamentos. Se o grupo responsável pela elaboração do Programa de Governo contar com equipamentos de computação, esse trabalho será feito com maior facilidade.

Nem sempre se dá valor à pesquisa e ao registro dos dados e informações, ocasionando propostas irrealistas ou inadequadas e quando se chega ao governo não há conhecimento dos detalhes do município ou da administração municipal.

É importante que estes dados estejam disponíveis e sejam acessíveis a todos os envolvidos na campanha: equipe do Programa de Governo, candidatos e candidatas e apoiadores.

A listagem a seguir, colocada como sugestão de roteiro para a sistematização de dados, é baseada em informações que o IBGE disponibiliza sobre cada município. Ela não esgota o rol de informações necessárias. O detalhamento e a especificidade das informações serão definidos pelas particularidades do município e das prioridades do Programa de Governo.

DICA – O IBGE em seu site <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/> divulga dados sobre todos os municípios brasileiros (confira a data de publicação dos dados).



Dados gerais e históricos

| | Informações |
|--|-------------|
| Município | |
| Estado e região do País | |
| Ano de fundação do município | |
| Área territorial (quantos km ²) | |
| Características físicas do território (relevo, vegetação, hidrografia, topografia) | |
| Densidade populacional (habitantes por km ²) | |
| Taxa de urbanização | |
| Perímetro urbano | |
| Perímetro rural | |
| Distritos (número e nome, população) | |

- Será importante ter no diretório ou no comitê de campanha, na parede, o mapa atualizado com os dados e informações do município.

População

| | Informações |
|---|-------------|
| Pessoas residentes - total | |
| Pessoas residentes - área urbana (nº e %) | |
| Pessoas residentes - área rural (nº e %) | |
| População flutuante (temporariamente na cidade) | |
| Faixa etária da população residente (A legislação federal considera idosas as pessoas com mais de 65 anos de idade) | |
| População trabalhadora no município | |
| Trabalhadores desempregados | |
| Trabalhadores no setor informal | |
| Faixa etária da população trabalhadora | |
| Índices de emprego e desemprego | |
| Eleitores | |
| Migração ³ | |
| Taxa de natalidade | |
| Taxa de mortalidade | |
| Taxa de mortalidade infantil | |
| Taxa de crescimento da população | |

- Há políticas específicas para as diferentes faixas etárias (crianças, jovens, idosos)?
- Quantos habitantes há por quilômetro quadrado?

Este dado é importante porque identifica o predomínio de características rurais ou urbanas no município. Segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), o parâmetro utilizado para considerar uma localidade urbana é de 150 habitantes por km². Obter dados precisos sobre isso é importante porque implica saber se o município terá ou não acesso aos benefícios legais voltados à população urbana ou à população rural.

³ **Migração** é o processo de mudança de uma região para outra, dentro do mesmo país.

Domicílios

| | Informações |
|--|-------------|
| Domicílios (número total de residências) | |
| Domicílios com água encanada (%) | |
| Domicílios com rede de esgoto (%) | |
| Domicílios com luz elétrica (%) | |
| Domicílios com coleta de lixo (%) | |

Situação de Infra-estrutura (referenciado por bairro ou distrito ou subprefeitura)

| | Informações |
|--------------------|-------------|
| Iluminação pública | |
| Calçamento | |
| Limpeza urbana | |
| Segurança pública | |

- Existe algum programa em andamento ou alguma previsão de destinação de recursos estaduais ou federais para infra-estrutura? Para quais locais?

Abastecimento

| | Informações |
|---------------------|-------------|
| Feiras livres | |
| Sacolões | |
| Mercados públicos | |
| Hortas comunitárias | |

- De onde vêm os alimentos?
- Há programa de hortas ou de produção de alimentos na região?
- Qual a origem dos alimentos usados na merenda escolar?

Serviços de Saúde

| | Informações |
|--|-------------|
| Hospitais | |
| Leitos hospitalares | |
| Unidades ambulatoriais | |
| Postos de saúde | |
| Centros de saúde | |
| Consultórios médicos | |
| Número de médicos | |
| Consultórios odontológicos | |
| Número de dentistas | |
| Agentes de saúde (em que bairros e quantos?) | |
| Ambulatórios de unidade hospitalar geral | |

- Há Programa de Saúde da Mulher? Há programas de pré-natal e planejamento familiar?



- Há programa materno-infantil?
- Quais são os programas dos governos federal e estadual no município ou na região que têm importância para a vida da população?
- Quais outros programas existem?

Doenças mais comuns e surtos epidêmicos dos últimos anos (exemplos)

| Motivos das consultas médicas e internações | Impacto | Providências |
|---|-----------------------------|---|
| Epidemia de dengue em 2006 | 240 casos e 2 mortes | Campanha municipal e redução de casos em 2007 |
| Verminose em crianças até 10 anos no Distrito Rural de Floresta | 35% das crianças examinadas | Instalação de rede de esgoto em 14% das casas |

- Cruze os dados sobre as doenças mais comuns e/ou de mortalidade infantil com os dados sobre saneamento básico (esgoto, água encanada). Quais providências foram tomadas?

Educação

| | Informações |
|--|-------------|
| Nº de pessoas e % com ensino fundamental completo (1ª a 8ª séries) | |
| Pessoas e % com ensino fundamental incompleto | |
| Pessoas e % com ensino médio completo (segundo grau) | |
| Pessoas e % com ensino médio incompleto | |
| Pessoas e % com ensino superior completo | |
| Pessoas e % com ensino superior incompleto | |
| Pessoas analfabetas | |
| Cursos de alfabetização de jovens e adultos - Quantas vagas? | |
| Número de creches - Quantas vagas? | |
| Unidades de ensino pré-escolar - Quantas? Quantas vagas? | |
| Unidades de Ensino Fundamental - Quantas? Quantas vagas? | |
| Unidades de Ensino Médio - Quantas? Quantas vagas? | |
| Unidades de ensino universitário | |
| Centros de pesquisa | |
| Nº de professores concursados da rede municipal | |
| Nº de professores contratados da rede municipal | |

- Há plano de cargos e salários atualizados?
- Existem programas de formação para os docentes e dirigentes de escolas? Quais? Esses programas são permanentes ou episódicos?
- Compare a quantidade de crianças em idade escolar e o número de vagas oferecidas pela rede municipal. Há demanda não atendida? Quantos estão fora das escolas? Em qual região?
- Qual o motivo? Quais são as taxas de evasão escolar?
- Quanto tempo os alunos ficam na escola por dia?
- Há qualidade no ensino?
- Qual é o desempenho dos alunos nas avaliações nacionais?
- Há avaliação local? Há avaliação qualitativa do desempenho?
- As escolas realizam reuniões pedagógicas? Elas tem coordenação e continuidade?
- A jornada de trabalho dos professores prevê tempo para a realização dessas reuniões e o trabalho extra-classe?
- Como o município tem desenvolvido o Plano de Desenvolvimento da Educação do MEC?
- As escolas estão elaborando o Plano de Ações Articuladas (PAR) a partir da orientação do MEC?

É muito importante conhecer os motivos pelos quais as crianças estão fora da escola, para que as propostas para a solução desse problema sejam adequadas. Nem sempre o problema é falta de vagas. Pode ser a falta de renda dos pais, que colocam as crianças para trabalhar.

Em municípios nos quais a atividade predominante é rural, as crianças podem morar longe da escola. Então, o problema é transporte e não escola. É necessário também verificar o calendário escolar em função das atividades das famílias. Isso vale também quando a atividade predominante é a pesca.

Se for um município que tem acesso ao programa Bolsa Família e a outros programas locais é preciso estabelecer o cruzamento entre a complementação de renda recebida e o número de crianças na escola.

Para cada uma dessas respostas, a proposta é diversa, por isso o diagnóstico tem que ser bem feito.

- Como as escolas estão distribuídas territorialmente?
- Existe projeto de ampliação da rede?
- As escolas possuem condições de infra-estrutura adequadas (salas de aula, materiais pedagógicos, bibliotecas, merenda escolar, transporte)?
- Quais são as ações do governo estadual ou federal na região ou município que têm causado impacto na vida da população?

Cultura e lazer

| | Informações |
|---|-------------|
| Casas de cultura e oficinas culturais | |
| Centros culturais | |
| Bibliotecas | |
| Museus | |
| Salas de espetáculos | |
| Salas de cinema | |
| Festas populares | |
| Centros de convivência (jovens, idosos, mulheres) | |
| Telecentros | |
| Cinemas | |
| Clubes e associações recreativas | |
| Bandas de música | |
| Orquestras | |

- Quantos são os equipamentos de cultura e lazer, onde estão localizados e quantas pessoas atendem?
- Quais são as ações do governo estadual ou federal na região ou município que têm causado impacto na vida da população?

Esporte

| | Informações |
|--------------------------------|-------------|
| Estádios de futebol | |
| Centros esportivos e quadras | |
| Clubes municipais | |
| Piscinas públicas | |
| Escolinhas de esporte – quais? | |

- Quais são as ações do governo estadual ou federal na região ou município que têm causado impacto na vida da população?



Transporte

| | Informações |
|--|-------------|
| Meios de transporte utilizados pela população - índice de utilização | |
| Valor das tarifas do transporte público (ônibus, lotação, trem, metrô, táxi) | |
| Transporte para trabalhadores rurais | |
| Transporte escolar | |

Caracterização dos meios de transporte

| Meio de transporte | Administração | | Capacidade do equipamento | Capacidade de transporte por dia | Nº de pessoas transportadas por viagem | Tamanho da frota |
|--------------------|---------------|----------|---------------------------|----------------------------------|--|------------------|
| | Pública | Privada* | | | | |
| | | | | | | |

* Entende-se por administração privada o meio de transporte particular utilizado como transporte público, sem ingerência do Estado.

Capilaridade do transporte público

| Meio de transporte | Bairro atendido* | Número de linhas | Passageiros | População não atendida | |
|--------------------|------------------|------------------|-------------|------------------------|---------------|
| | | | | % | Nº de pessoas |
| | | | | | |

- * Sugerimos “bairro”, mas pode ser outra região administrativa.
- O transporte público é suficiente para atender a demanda?
- Todas as regiões do município têm acesso ao transporte público?
- Qual é o tempo de deslocamento desses meios?

Recursos naturais

| | Informações |
|---|-------------|
| Mananciais | |
| Fontes e reservas minerais | |
| Outros: praias, rios, lagos, campos, matas, bosques, lagoas, trilhas | |
| Formas de utilização dos recursos naturais para incremento ao turismo ecológico | |

Pontos turísticos

| Quais? | A infra-estrutura é adequada? |
|--------|-------------------------------|
| | |

- O município recebe algum incentivo, público ou privado, para incrementar o turismo local?

Meios de comunicação

| | Informações |
|------------------------|-------------|
| Estações de rádio AM | |
| Estações de rádio FM | |
| Rádios comunitárias | |
| Geradoras de TV | |
| Retransmissoras de TV | |
| Jornais | |
| Provedores de Internet | |

- Qual a tendência editorial dos meios de comunicação existentes no município?
- Que tipo de noticiário priorizam? Política, economia, polícia, esportes, variedades, música?
- Quem são os proprietários dos meios de comunicação do município? Defendem quais interesses?
- Quais veículos têm mais leitores/ouvintes/telespectadores?

Estrutura política

- Quais os principais projetos do PT votados na atual gestão?
- Quais foram os principais projetos aprovados pela Câmara?
- Quais projetos rejeitados devem ser reapresentados?
- A Câmara tem um sistema de informação ágil e acessível sobre as legislações do município?

B – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Organização da administração municipal

| Nome dos Órgãos | Administração direta | Fundação, autarquia | Economia mista |
|-----------------|----------------------|---------------------|----------------|
| | | | |

- Há necessidade de reforma administrativa?
- O número e o perfil das secretarias ou departamentos estão compatíveis com as necessidades do município?

Composição do quadro de pessoal da administração direta

| | Informações |
|---|-------------|
| Total de funcionários ativos da administração direta | |
| Total de funcionários ativos da administração direta – Estatutários | |
| Total de funcionários ativos da administração direta – CLT | |
| Total de funcionários ativos da administração direta – Outros | |
| Total de funcionários ativos da administração direta – Nível Auxiliar | |
| Total de funcionários ativos da administração direta – Nível Médio | |
| Total de funcionários ativos da administração direta – Nível Superior | |

- Como é a política de cargos e salários?
- Há política de aperfeiçoamento e capacitação dos servidores públicos?



Composição do quadro de pessoal da administração indireta

| | Informações |
|---|-------------|
| Total de funcionários ativos da administração indireta | |
| Total de funcionários ativos da administração indireta – Estatutários | |
| Total de funcionários ativos da administração indireta – CLT | |
| Total de funcionários ativos da administração indireta – Outros | |
| Total de funcionários ativos da administração indireta – Nível Auxiliar | |
| Total de funcionários ativos da administração indireta – Nível Médio | |
| Total de funcionários ativos da administração indireta – Nível Superior | |

Funcionários inativos

| | Informações |
|-----------------------|-------------|
| Total de aposentados | |
| Total de pensionistas | |

- Há Instituto ou Fundo Municipal de Previdência para os funcionários da prefeitura?

Descentralização e Desconcentração Administrativa⁴

| | Unidades | Funcionamento |
|--|----------|---------------|
| Administração distrital ou região administrativa | | |
| Subprefeituras | | |

- Como é o processo de descentralização?
- As unidades descentralizadas prestam serviços, manejam orçamento, planejam com a população?

C – LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO NO MUNICÍPIO

Instrumentos de planejamento municipal

| Lei Orgânica Municipal | É conhecido? | Data de definição |
|---|--------------|-------------------|
| Plano de Governo atual | | |
| Plano Plurianual de Investimentos (PPA) | | |
| Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) | | |
| Lei de Orçamento Anual (LOA) | | |
| Plano estratégico – existe? | | |

*

★

★



⁴ A **descentralização administrativa** inclui **desconcentração** de serviços públicos pelo território do município e também o compartilhamento do poder decisório, de maneira planejada, mantendo-se as diretrizes do governo, sem perda da unidade político-administrativa do município.

Instrumentos de gestão urbana

| | É conhecido? | Data de definição |
|--|--------------|-------------------|
| Plano Diretor | | |
| Lei de Perímetro Urbano | | |
| Lei de Parcelamento do Solo | | |
| Lei de Zoneamento ou Equivalente | | |
| Legislação sobre Áreas de Interesse Especial | | |
| Legislação sobre Áreas de Interesse Social | | |
| Código de Obras | | |
| Código de Posturas | | |
| Código de Vigilância Sanitária | | |
| Lei do Solo Criado | | |
| IPTU Progressivo | | |
| Operação Interligada | | |
| Operações Urbanas | | |
| Transferência de Potencial Construtivo | | |

- Esses instrumentos foram construídos com participação da população? Estão atualizados?

D – RECURSOS PARA GESTÃO

Informatização – relacionar o que existe (exemplos)

| Tipo | Informações | Quem opera? |
|---|-------------|-------------|
| Cadastro e/ou bancos de dados de saúde | | |
| Cadastro e/ou bancos de dados da educação | | |
| Cadastro e/ou bancos de dados de patrimônio | | |
| Cadastro único de usuários de serviços | | |
| Site oficial da Prefeitura | | |
| Site oficial da Câmara Municipal | | |
| Contabilidade informatizada | | |
| Controle da execução orçamentária | | |
| Cadastro de alvarás | | |
| Cadastro de ISS | | |
| Cadastro imobiliário (IPTU) | | |
| Cadastro de funcionários | | |
| Folha de pagamento | | |
| Mapeamento digital (geoprocessamento) | | |
| Programas de Inclusão digital e telecentros | | |

- A informatização da prefeitura foi acompanhada por um processo de revisão de estruturas e processos?



Terceirização (exemplos)

| | Situação | Informes |
|---|---------------------|------------|
| Serviços terceirizados (contratados) | | |
| Coleta de lixo (domiciliar, hospitalar, industrial) | Contrato até dez/08 | 2 empresas |
| Varredura de rua e limpeza urbana | | |
| Limpeza dos prédios da administração municipal | | |
| Segurança dos prédios da administração municipal | | |
| Obras civis | | |
| Processamento de dados | | |
| Serviços de advocacia | | |
| Transporte escolar | | |
| Manutenção de estradas ou vias urbanas | | |
| Serviço de abastecimento de água | | |
| Serviço de esgotamento sanitário | | |

Consórcios intermunicipais dos quais o município participa (exemplo)

| Tipo de consórcio | Data de criação | Importância |
|--|-----------------|-------------|
| Consórcio para tratamento dos resíduos | | |

Cadastro imobiliário

| | Informações | Datas |
|---|-------------|-------|
| Cadastro imobiliário | | |
| Unidades prediais e territoriais cadastradas separadamente ou em conjunto | | |
| Número de unidades prediais cadastradas em 2003 | | |
| Número de unidades prediais cadastradas em 2004 | | |
| Número de unidades territoriais cadastradas em 2003 | | |
| Número de unidades territoriais cadastradas em 2004 | | |
| Ano do último recadastramento | | |
| Ano da última atualização da planta de valores do IPTU | | |

*



Instrumentos de apoio ao planejamento e à gestão democrática

| | Existe? | Funciona? | Observações |
|--|---------|-----------|-------------|
| Planejamento estratégico do governo | | | |
| Ouvidoria | | | |
| Governo Eletrônico e modernização | | | |
| Núcleo de Políticas no Governo | | | |
| Audiências Públicas – no Executivo | | | |
| Audiências Públicas – no Legislativo | | | |
| Tribuna Livre – no Legislativo | | | |
| Administração por programas integrados | | | |
| Contratos de parceria e de gestão | | | |
| Instrumentos de informação sobre o governo | | | |
| Guia de Serviços Públicos | | | |
| Cartas-compromisso de serviços públicos | | | |
| Geo-referenciamento do território, com identificação da situação sócio-econômica, das políticas e dos serviços | | | |
| Mapa atualizado do município | | | |

*



Conselhos e Fundos Municipais

| | Exis- te? | Existe legislação que regu- lamenta? | Funcio- na? | Compo- sição | Período do man- dato |
|---|--------------|---|----------------|-----------------|----------------------------|
| Conselho do Orçamento Participativo | | | | | |
| Conselho de Segurança Alimentar/ Fome Zero | | | | | |
| Conselho de educação | | | | | |
| Fundo Municipal de Educação | | | | | |
| Conselho de Saúde | | | | | |
| Fundo Municipal de Saúde | | | | | |
| Conselho Municipal de Assistência Social | | | | | |
| Fundo Municipal de Assistência Social | | | | | |
| Conselho de Direito das Crianças e Adolescentes | | | | | |
| Fundo Municipal de Direito das Crian- ças e Adolescentes | | | | | |
| Conselho na área de emprego/trabalho | | | | | |
| Fundo municipal na área de emprego/ trabalho | | | | | |
| Conselho na área de turismo | | | | | |
| Fundo municipal na área de turismo | | | | | |
| Conselho de Cultura | | | | | |
| Fundo Municipal de Cultura | | | | | |
| Conselho de Habitação | | | | | |
| Fundo Municipal de Habitação | | | | | |
| Conselho de Meio Ambiente | | | | | |
| Fundo Municipal de Meio Ambiente | | | | | |
| Conselho de Transportes | | | | | |
| Fundo Municipal de Transportes | | | | | |
| Conselho de Política Urbana ou Desen- volvimento Urbano | | | | | |
| Fundo Municipal de Política Urbana ou Desenvolvimento Urbano | | | | | |
| Conselho do Desenvolvimento Econô- mico | | | | | |
| Fundo Municipal do Desenvolvimento Econômico | | | | | |
| Outros conselhos | | | | | |

★

★

★



- Como são escolhidos os representantes da sociedade civil?
- Há necessidade de mudanças legais ou de institucionalização desses mecanismos?

E – POLÍTICAS SETORIAIS

Levantamento de carências habitacionais

O IBGE realizou uma análise das condições habitacionais de todos os municípios, com base nos dados do Censo de 2000. Esses dados são um ponto de partida importante para a elaboração do diagnóstico.

No que diz respeito ao déficit habitacional, a Fundação João Pinheiro possui dados de todos os municípios do país.

O Ministério das Cidades também pode fornecer informações sobre programas desenvolvidos e qual o perfil dos municípios a serem beneficiados.

Uma questão importante que deve ser considerada no diagnóstico, principalmente para os grandes centros urbanos, é o processo de regularização das terras ocupadas ilegalmente e sua adequação ao Estatuto da Cidade (Lei 10.257).

| | Informações |
|--|-------------|
| Favelas ou assemelhados – quantidade | |
| Cadastro de favelas ou assemelhados – data do último levantamento | |
| Número de favelas ou assemelhados cadastrados | |
| Número de domicílios em favelas ou assemelhados cadastrados | |
| Grau de abrangência do cadastro de favelas ou assemelhados (% da realidade?) | |
| Cortiços – quantidade | |
| Cadastro de cortiços – data do último levantamento | |
| Número de cortiços cadastrados | |
| Grau de abrangência do cadastro de cortiços (% da realidade) | |
| Loteamentos clandestinos – quantidade | |
| Cadastro de loteamentos clandestinos – data do último levantamento | |
| Número de loteamentos clandestinos cadastrados | |
| Grau de abrangência do cadastro de loteamentos clandestinos (% da realidade) | |
| Loteamentos irregulares – quantidade | |
| Cadastro de loteamentos irregulares – data do último levantamento | |
| Número de loteamentos irregulares cadastrados | |
| Grau de abrangência do cadastro de loteamentos irregulares (% da realidade) | |
| População em situação de rua – quantidade | |
| Data do último levantamento sobre população em situação de rua | |
| Equipamentos e serviços de atendimento a população em situação de rua | |

*



Políticas e programas habitacionais

| | Informações |
|--|-------------|
| Tamanho do lote mínimo | |
| Órgão para implementação de política habitacional - Existe? Qual é? Desde quando? | |
| Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais – data da atualização | |
| Ações ou programas na área de habitação – quais existem? | |
| Programa de construção de unidades – o que existe? | |
| Programa de oferta de lotes – o que existe? | |
| Programa de urbanização e assentamentos – o que há? | |
| Programa de regularização fundiária – o que há? | |
| Programa de oferta de material de construção – o que há? | |
| Programa de melhoria de cortiços – o que há? | |
| Outros programas e ações | |

Infra-estrutura urbana

| | Informações |
|---------------------------------|-------------|
| Licenças para construir em 2003 | |
| Licenças para construir em 2004 | |
| Alvarás de habitação em 2003 | |
| Alvarás de habitação em 2004 | |
| Licenças para construir em 2007 | |
| Alvarás de habitação em 2007 | |
| Outros dados significativos | |

Programas de geração de trabalho e renda (quais existem)

| | Quais são? | Qual o impacto? |
|---|------------|-----------------|
| Banco do Povo | | |
| Incentivos para atração de atividades econômicas | | |
| Tipo de benefício tributário relativo ao IPTU | | |
| Tipo de benefício tributário relativo ao ISS | | |
| Doação de terras | | |
| Fornecimento de infra-estrutura | | |
| Distrito industrial | | |
| Outros incentivos | | |
| Programas de capacitação para o trabalho | | |
| Sistema público de compras de pequenos produtores | | |
| Sistema público de comercialização para pequenos produtores | | |

- Como a prefeitura se relaciona com os governos estadual e federal para prover esses programas?
- Há estudos de impacto desses programas?



Assistência Social

| | Informações (características, quantidade) | Parce- rias | Convê- nios |
|---|---|----------------|----------------|
| Plano Municipal de Assistência Social | | | |
| Serviços diretos da prefeitura (abrigos etc.) | | | |
| Programa de Liberdade Assistida | | | |
| Programa de Benefício Continuado | | | |
| Programas de transferência ou complementação de renda | | | |
| Política de conveniamento | | | |
| Comando único da política municipal de Assistência Social | | | |
| Cadastro único dos beneficiários de Assistência Social | | | |

- Como a prefeitura se relaciona com o governo estadual e o governo federal para prover esses programas?

Justiça e Segurança Pública

| | Existe? | Como funciona? |
|---|---------|----------------|
| Defensoria Pública (ou Advocacia gratuita) | | |
| Comissão de defesa do consumidor | | |
| Tribunal ou juizado de pequenas causas | | |
| Conselho tutelar – existência | | |
| Núcleos ou Delegacias especializadas (da mulher, do idoso etc.) | | |
| Guarda municipal | | |
| Delegacias civis | | |
| Defesa Civil | | |

- Há serviços de orientação sobre direitos?
- Há estatísticas sobre crimes na cidade? Quais?

Serviços

| | Quantidade | Informações/ características |
|--------------------------------|------------|------------------------------|
| Estabelecimentos comerciais | | |
| Ramos principais de atividades | | |

- Como tem sido a evolução (ou involução) das atividades comerciais no município?

Indústria

| | Quantidade | Informações / características |
|--------------------------------|------------|-------------------------------|
| Estabelecimentos industriais | | |
| Ramos principais de atividades | | |
| Produtos p/ exportação | | |
| Agroindústrias | | |

★

★

★



Agropecuária

| | Quantidade | Informações / características |
|---|------------|-------------------------------|
| Propriedades (familiares, pequenas, médias e grandes) | | |
| Ramos principais de atividades | | |
| Assentamentos | | |
| Cooperativas | | |

- Qual a vocação econômica do município?
- Qual a atividade econômica predominante do município?
- Qual a inserção econômica do município em sua região?
- Quais foram as últimas mudanças sentidas (queda de produção, evasão de indústrias, implantação de indústrias, mudanças nas atividades agropecuárias etc.)?
- Quais as possibilidades ainda não exploradas no município que podem produzir desenvolvimento econômico?
- Cruze os dados da faixa etária predominante no município com os de atividade econômica e com os dados sobre formação escolar ou profissional existentes. O que é necessário criar?

DICA - É importante compreender que a industrialização não é o único meio de promover o desenvolvimento e, atualmente, menos ainda, em função da reestruturação produtiva (uso intensivo da tecnologia na produção, que diminui a absorção de mão-de-obra).

Outras atividades podem ser desenvolvidas como forma de geração de renda, tais como: dinamização do setor de serviços, experiências de cooperativas, de economia solidária, incentivo à pesca (considerando o incentivo dado pelo governo federal à atividade pesqueira). É preciso buscar alternativas econômicas, alavancar potencialidades.

É importante ter a visão das potencialidades da região e o trabalho de articular forças produtivas regionais em um programa de desenvolvimento regional.

Analisando dados referentes às características físicas do território, pode-se depreender possíveis fontes de matéria-prima que podem ser economicamente aproveitadas, criando-se novas atividades produtivas. Deve-se avaliar também a possibilidade da utilização econômica das próprias características físicas do município para fomentar o setor de turismo: cachoeiras, serras e montanhas, rios, grutas, lagos, praias, matas, campos, diversidade da fauna e da flora, das condições climáticas (ar puro, frio) etc.

O município pode promover o descobrimento dessas possíveis atividades, especialmente junto à população local, que conhece bem o território, e criar formas de incentivos para desenvolvimento dessas atividades: parques, pousadas, hotéis-fazenda, clínicas de recuperação, spas, passeios turísticos, esportes radicais, observatórios etc.

Os incentivos podem ser diversos: fiscais, financeiros (empréstimos por meio de banco do povo ou de aval para empréstimos bancários), mecanismos de comercialização de produtos, cursos de capacitação e formação para potenciais empreendedores e trabalhadores, fóruns de discussão para troca de experiências etc.

DICA - Características específicas, tais como grupos étnicos, grupo de migrantes, estilos arquitetônicos etc., podem ser aproveitadas não só pelos municípios que as possuem, mas também pelos municípios da região que podem desenvolver atividades correlatas, articuladas e complementares, como em um consórcio.

Variáveis externas

Ter atenção especial para os dados e características do município quando:

- Está inserido numa região metropolitana;
- Faz parte de grande bacia hidrográfica;
- Faz parte de um pólo universitário, turístico, industrial, cultural etc.

Situações conjunturais dos últimos anos com grandes impactos sócio-econômicos (exemplos)

| Situações | Impactos |
|--|---|
| Novos investimentos no município por grupo industrial ou agrícola | <i>Demanda por unidades de saúde, educação e habitação para 200 famílias de um novo bairro industrial</i> |
| Implantação de pólo de inovação tecnológica | <i>Fluxo migratório de profissionais qualificados para a cidade</i> |
| Enchentes sistemáticas na região xx, na época das cheias | .. |
| Desapropriação de cinco grandes terrenos rurais e previsão de assentamento para cem famílias | ... |
| Abertura de jazida de calcário para extração | |
| Aprovação de funcionamento de duas faculdades | ... |
| Início de obras de conjunto habitacional para duzentas famílias | |

F – FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Toda a ação da prefeitura, seja de investimento ou de custeio, depende de suas condições financeiras. Estas serão determinadas pela sua própria arrecadação de tributos, pelas transferências constitucionais de recursos do Estado ou da União, pelos financiamentos onerosos ou a fundo perdido, bem como por eventuais parcerias com entes da administração pública municipal.

É fundamental a realização de um bom diagnóstico de todas essas variáveis já na elaboração do Programa de Governo, com o intuito de conhecer a real capacidade econômico-financeira atual e futura da administração.

Receita Tributária Própria

A receita própria municipal é composta por uma grande quantidade de tributos (impostos ou taxas). As duas receitas mais importantes são, na quase totalidade dos casos, o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), e o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza).

O IPTU incide sobre o valor venal de terrenos e prédios da área urbana. Os imóveis rurais são tributados pelo ITR (Imposto Territorial Rural) que é um tributo não municipal e sobre o qual se falará mais à frente. É importante conhecer o comportamento histórico do IPTU, através da análise dos balanços municipais de anos anteriores. Mais importante ainda é conhecer a base de cálculo desse tributo, que é o valor venal. Este é definido pela Planta Genérica de Valores, com a definição dos valores unitários de terrenos e prédios,



sendo os valores dos terrenos legalmente variáveis em função da localização dos mesmos, e os valores unitários dos prédios podendo variar em função tanto da localização como da tipologia construtiva. Muitas vezes, esse tributo tem bases de cálculo defasadas em relação aos valores de mercado, o que deve motivar uma revisão da Planta Genérica de Valores e do Cadastro Imobiliário Municipal. Também a variação das alíquotas precisa ser analisada, pois é comum elas não serem progressivas em relação a valores, sendo algumas vezes até regressivas.

O ISSQN, incidente sobre a prestação dos serviços previstos na Lei complementar nº 116, é um tributo pago pelas empresas prestadoras de serviços. Quanto a este tributo, é importante conhecer seus valores anuais históricos, através dos balanços anuais, bem como a estrutura de alíquotas incidentes, previstas em lei municipal específica, bem como saber se existem ou não mecanismos de controle e fiscalização que possam melhorar esta arrecadação.

Os demais tributos municipais são menos importantes para a administração direta. Se existirem empresas públicas ou autarquias no município, é importante conhecer também suas estruturas de receitas, através de taxas ou tarifas. Quanto aos demais tributos, há o ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) e as taxas. Estes também podem ser conhecidos, em série histórica, através da análise dos balanços municipais.

Receitas Transferidas

As receitas transferidas constitucionalmente são o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e o FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Na maior parte das vezes, essas duas transferências são mais importantes para os municípios do que suas receitas próprias.

O ICMS é um imposto de caráter municipal e, do total arrecadado pelo estado, 25% são transferidos para os municípios, segundo um índice de participação. Esse índice é composto por vários fatores definidos em legislação estadual própria, que é muito diferente de estado para estado, mas sempre, pelo menos 75% desse índice terá, constitucionalmente, que ser definido pelo valor adicionado⁵ no município onde o bem foi produzido. Exatamente por isso, o ICMS é mais importante para os municípios que concentram em seu território maior produção de bens. Para a análise dessa receita, é importante conhecer as séries históricas dos índices municipais de participação e o valor transferido. Esses valores podem ser vistos no site da Receita Federal (http://www.stn.fazenda.gov.br/estatistica/est_estados.asp), assim como nos balanços municipais.

O FPM é um fundo constituído pela arrecadação de dois impostos federais, o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e o IR (Imposto de Renda). Da soma desses impostos, 23,5% são distribuídos aos municípios brasileiros, segundo também algumas regras legais. É um tributo muito importante, principalmente para os municípios menores, de forte característica rural. O levantamento histórico de informações também pode ser obtido, em séries históricas, no mesmo site citado acima.

Ainda no campo da receita, é importante conhecer a capacidade de endividamento que tem a prefeitura, pois os financiamentos, muitas vezes, são importantes para que se empreendam certos investimentos

⁵ **Valor Adicionado**, para os efeitos da cobrança do ICMS, é a diferença entre o valor de bens e serviços adquiridos no processo de produção ou comercialização de um produto e o valor desse produto quando de sua posterior comercialização.

Despesas Municipais

É fundamental também conhecer a estrutura das despesas municipais, sejam elas de custeio ou de investimentos, além daquelas decorrentes da amortização de dívidas.

O custeio é composto por aquelas despesas obrigatórias e contínuas, seja de pessoal civil, seja de materiais e serviços contínuos obrigatórios. A mais importante das despesas de custeio diz respeito ao pessoal civil, isto é, as decorrentes dos salários e encargos referentes ao funcionalismo público municipal. É importante ter informações sobre sua série histórica para poder dominar seu comportamento total e relativo à despesa total do município. Também se deve fazer o mesmo com as demais despesas de custeio, nas diferentes atribuições que o município tem, nos diferentes serviços públicos prestados.

Alguns dos serviços prestados têm definições constitucionais, como educação e saúde, sendo também importante estar informado sobre o comportamento dessas despesas.

Os gastos com a amortização de dívidas também são um item relevante. Vale a pena conhecer seu comportamento histórico nos balanços municipais, mas é interessante obter informações sobre as características de cada um dos contratos de financiamento pendentes, bem como das dívidas acumuladas anteriormente com o descumprimento de qualquer obrigação patronal ou outra, como precatórios⁶ ou não recolhimento de alguma obrigação, como a previdenciária e outras.

As informações sobre as despesas também podem ser obtidas nos balanços municipais.

Capacidade de Investimentos

Conhecidas as Receitas e as Despesas Municipais, pode-se, então, conhecer a “Capacidade de Investimentos” do município, que é o que sobra entre a Receita e as Despesas de toda ordem, para os investimentos e eventuais novas despesas de custeio. Os custeios futuros, decorrentes da implantação de novos serviços, pleiteiam os mesmos recursos que são disputados pelos investimentos.

Balanços Municipais

Os balanços municipais são públicos e podem ser acessados na Câmara Municipal ou, em muitos municípios, pela Internet, no site da própria prefeitura. Esses balanços são a principal fonte de informação para a realização dos diagnósticos sobre as finanças públicas municipais.

⁶ **Precatórios** são condenações já transitadas em julgado, onde o município foi condenado a pagar algo a alguém. Podem ser de duas ordens, os precatórios “alimentares”, que são os provenientes de pendências trabalhistas, e os “não-alimentares”, provenientes das demais condenações a pagamentos a que o município seja réu.



III – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DO GOVERNO ATUAL E SUA REALIZAÇÃO

Antes de iniciar a elaboração do Programa de Governo, seja o PT situação ou oposição no governo municipal, o grupo de trabalho deve proceder a uma avaliação do Programa de Governo com que o prefeito ou a prefeita da atual gestão fez campanha e seu plano de governo, ao longo dos quatro anos. Isto possibilita verificar as incoerências, avanços, desafios, dificuldades e conquistas, e que são indicativos para a elaboração do novo Programa de Governo.

Como fazer a avaliação

- A avaliação deve ser realista, com base em critérios objetivos.
 - O caminho mais adequado é partir do Programa de Governo da atual gestão e estabelecer uma comparação com o Plano de Governo e com aquilo que foi efetivamente realizado.
 - É necessário um diagnóstico preciso sobre as realizações do governo atual, de maneira que o PT possa fazer propostas substantivas que garantam avanço em relação a essas realizações.
 - Se o PT não for governo, os dados podem ser obtidos pelos parlamentares do partido, que têm legitimidade para solicitar as informações necessárias ao Executivo. No caso de não haver parlamentar do PT no município, qualquer cidadão ou cidadã tem o direito de fazê-lo.
 - Evitar fazer uma avaliação tendenciosa do governo opositor, objetivando apenas apontar falhas. É importante lembrar que esse mesmo critério pode ser usado pelo opositor para fazer a crítica a um governo do PT.
 - Se o PT for governo, será importante produzir um relatório em que todos os dados sobre as ações do governo sejam reunidos e analisados, mostrando onde houve ou não avanço. Deve-se enfatizar os avanços, pois estes dados vão servir para a justificativa da reeleição e para indicar onde o governo deverá atuar com mais atenção se reeleito.
 - É quando o PT é governo que o partido deve estar ainda mais preparado para responder às críticas que serão feitas a sua gestão.
- A avaliação é uma oportunidade para que o candidato ou candidata e sua equipe aprofundem o conhecimento sobre a máquina pública, principalmente nos municípios em que ainda não é governo.



Proposta de esquema geral para análise do Programa de Governo 2004 (exemplos)

| Propostas de governo 2004 | Situação em 2008 | Dificuldades e problemas | Informes importantes | Avaliação da população | Ordem de prioridade HOJE* |
|---|---|---|---|--|---------------------------|
| Criação do Centro do Trabalhador Rural | O Centro foi construído e está na fase de implantação. Já funciona o refeitório para os trabalhadores rurais que tomam os caminhões de manhã. | Falta de recursos e atraso na entrega. A Câmara não aprovou o orçamento total que era necessário. | Foi feito um convênio com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para manutenção do Centro. | Há boa aceitação do refeitório e reivindicação de implantação do centro de lazer. | |
| Implantação do sistema pleno do SUS. Construção do hospital municipal | Sistema semi-pleno implantado. Não se terminou a construção do hospital. Há denúncias na Câmara de superfaturamento na compra já feita de equipamentos para o hospital. | Há atraso no repasse dos recursos e os valores pagos são inferiores às necessidades. | Convênio com Santa Casa da cidade vizinha para atendimento em casos de especialidade e fornecimento de transporte dos doentes pela municipalidade. Iniciada sindicância sobre superfaturamento. | Má avaliação do atendimento em saúde. Faltam equipamentos e profissionais nos centros de saúde de xx, yy e zz. | |

* A numeração será feita depois de todas as questões serem analisadas.

- O mesmo roteiro de questões pode ser aplicado a cada região da cidade, principalmente se esta for considerada cidade grande ou média, para avaliação do programa proposto ou prometido para cada região.
- É muito importante a avaliação da população sobre cada questão, o que dará pistas se a proposta continua sendo prioritária ou se a prioridade já mudou.



IV – ESTABELECIMENTO DE PRIORIDADES E INDICAÇÃO DE PROPOSTAS PARA O PROGRAMA DE GOVERNO

Elaborado o diagnóstico, a partir da sistematização e da análise dos dados e das informações sobre o município, e à luz das diretrizes, dos eixos conceituais e dos princípios partidários, deve-se dar início à definição das prioridades e à elaboração das propostas.

Para isso é preciso levar em conta:

- As demandas e necessidades atuais da população, as perspectivas da sociedade local para o município.
- Os recursos orçamentários que estarão disponíveis.
- As possibilidades de articulação das políticas municipais às políticas federais e estaduais.
- As possibilidades de financiamentos para ampliação de recursos financeiros para investimento.
- A avaliação da aplicação das propostas do atual governo.

Essas são questões a serem consideradas para definir as **prioridades**⁷ do novo governo, que deverão estar explicitadas no Programa de Governo.

Prioridade não se confunde com urgência: algumas coisas podem ser consideradas prioritárias devido a questões conjunturais (como resolver os problemas decorrentes de uma enchente) e outras, devido a questões estruturais (como um problema crônico de trânsito ou a necessidade de reformulações na máquina pública, para aumentar sua eficiência).

Tendo em mãos uma lista com todas as demandas da população, relevantes e factíveis – sejam elas relacionadas a serviços e investimentos públicos ou a reformulações na máquina administrativa – a equipe precisa dispor essas demandas em ordem de importância, por prioridades.

Como identificar prioridades?

Para identificar as prioridades, a equipe de Programa de Governo deve realizar reuniões com os apoiadores, colaboradores e representantes das comunidades, organizados em grupos de trabalho por temas ou eixos.

Cada grupo deverá ter sempre um responsável pela organização dos debates e pela apresentação das conclusões e propostas debatidas.

Uma discussão coletiva da versão sistematizada das várias questões consideradas prioritárias pelos grupos pode eleger uma outra lista de prioridades gerais para o Programa de Governo. Essa discussão ampliará o debate e o compromisso dos participantes com o que está sendo elaborado.

O uso da técnica de visualização com cartelas (já apresentada nesta publicação), em reuniões moderadas, é especialmente indicado para essas discussões, onde muitas questões

⁷ **Priorizar** significa considerar que algumas coisas devem ser realizadas primeiro, deixando algumas outras para depois.

devem ser debatidas com democracia e objetividade.

Como devem ser as propostas?

As propostas – a maneira como se pretende solucionar os problemas, dadas as prioridades – devem também ser debatidas nesses grupos temáticos menores e no grupo mais amplo. Depois, elas serão apresentadas para aprovação em convenção partidária.

Deve-se prestar muita atenção ao realismo das propostas formuladas. As propostas a serem apresentadas no Programa de Governo não precisam ser muito detalhadas e por menorizadas. Esse detalhamento pode ser realizado ao longo da campanha e no período de transição e elaboração do Plano de Governo.

Também não podem ser propostas tão genéricas e amplas que tornem incompreensível, ao eleitor, o que e como se pretende trabalhar na gestão e o diferencial das propostas do PT em relação aos demais partidos.

As propostas devem ser feitas com responsabilidade, considerando as demandas da população, as prioridades de governo, os recursos envolvidos e o prazo de quatro anos de mandato.

Itens a serem analisados para identificação de prioridades (exemplo)

| Eixo ou diretriz | Problemas principais | Necessidades ou demandas | Metas ou propostas gerais | Ordem de prioridade* |
|---|--|--|---|----------------------|
| Gestão democrática *Modernização da gestão | Atendimento disperso à população, que precisa andar de guichê em guichê para ser atendida. | Melhoria dos processos de atendimento. Integração do serviço de atendimento. | Implantação de uma Praça de Atendimento Integrado. | 2a. |
| Desenvolvimento local *Agro Indústria | Excesso de produção familiar de milho e problemas de comercialização | Silo e armazenagem. Ampliação da comercialização do produto. Processamento do produto. | Fornecimento de crédito a cooperativas de produtores para processamento do milho em farinha e óleo. | 5a. |

* A ordem é colocada após uma análise de todas as questões.



V – ROTEIRO DE PROGRAMA DE GOVERNO

O documento do Programa de Governo deve ser um texto bem claro e objetivo. Deve explicitar as idéias, as diretrizes partidárias, o diagnóstico sobre o município e as propostas de trabalho em prol da população.

Abaixo, segue um modelo de construção lógica do texto do Programa de Governo. É um exemplo que pode ser utilizado pelas equipes que elaboram o Programa de Governo.

Apresentação

É importante que o documento comece com uma carta da coordenação do GTE municipal ou da presidência do Diretório Municipal apresentando o Programa de Governo e os compromissos do partido.

Aqui, é importante lembrar:

- Contextualização do PT no governo federal;
- Contextualização do PT no governo estadual, se for o caso;
- Lutas históricas do PT;
- Lutas históricas do PT no município e na região.

Carta do candidato ou candidata à presidência do partido

É importante que o próprio candidato ou candidata ao cargo executivo escreva uma carta à população onde reitera seus compromissos com o partido e com a sociedade.

Introdução do programa de governo

Recomenda-se que o texto introdutório do Programa de Governo contenha os seguintes pontos:

★

I – Texto sobre o município

Parecer sobre as grandes questões do município, de maneira mais ampla. Não se trata de uma análise exaustiva sobre os dados e as informações captadas para a elaboração do diagnóstico, mas uma contextualização que justifique a luta e a disputa nas eleições do candidato ou da candidata e as prioridades assumidas.

★

Se o PT for – ou se já tiver sido – governo no município, relatar brevemente as conquistas principais.

★

2 – Relato de como foi elaborado o Programa de Governo

Pode ser realçado o processo participativo e democrático de construção do Programa de Governo, mostrando que desde já o PT reconhece e respeita o conhecimento da população sobre sua realidade cotidiana e honra seu compromisso com a democracia.



3 – Diretrizes

- Escrever texto sobre as diretrizes e os eixos do partido para o Programa de Governo.
- Exemplificar a prática desses eixos deixando mais claros os princípios e as diretrizes, inclusive com exemplos de propostas mais amplas, relacionando-as aos eixos.
- Destacar as marcas da campanha – que se tornarão as marcas do governo.

4 – Apresentação da composição do programa: diagnósticos, prioridades e propostas

O texto do Programa de Governo deve levar em conta as diretrizes. O diagnóstico e as propostas podem ser apresentados de acordo com os eixos conceituais, relacionando os temas discutidos dentro deles.

É importante que o texto relacione o diagnóstico básico de cada problema com a proposta elaborada para sua solução.

Um exemplo ilustrativo da construção da proposta:

| EIXO – Desenvolvimento e geração de emprego e renda | | |
|---|---|---|
| Tema: requalificação de centros urbanos | | |
| DIRETRIZES | DIAGNÓSTICO | PROPOSTAS |
| <ul style="list-style-type: none">• Todos os cidadãos e cidadãs têm o direito de plena acessibilidade | <ul style="list-style-type: none">• as calçadas são quebradas e esburacadas• as guias não têm rebaixamento• os meios de transporte públicos não têm espaço para cadeiras de rodas | <ul style="list-style-type: none">• reconstrução das calçadas, sem desníveis e com rebaixamento apropriado• tornar obrigatória a reserva de espaços para cadeiras de rodas dentro dos meios de transporte públicos• promover uma campanha pública de conscientização da importância da acessibilidade e da plena mobilidade a todos os cidadãos |



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto à elaboração das Propostas de Mandato Parlamentar

Essa mesma metodologia de elaboração de Programa de Governo pode ser adaptada para a elaboração das Propostas de Mandato dos candidatos e candidatas petistas à vereança.

No caso das candidaturas à Câmara Municipal, é também fundamental a participação da população na formulação dos diagnósticos e das propostas, especialmente porque as candidaturas ao parlamento têm relação ainda mais estreita com segmentos específicos da sociedade.

Quanto à relação da equipe de Programa de Governo e as equipes de comunicação e marketing

O Programa de Governo e todo o material em que ele se baseia é subsídio para as equipes responsáveis pela comunicação e pelo marketing. Por isso, é imprescindível uma relação politicamente alinhada entre responsáveis pela comunicação e a equipe do Programa de Governo, para garantir que o conteúdo das peças de publicidade das candidaturas seja coerente com o Programa de Governo, com as diretrizes partidárias e que as informações entre as equipes fluam bem.

Cuidado com os preconceitos

No texto do Programa de Governo, deve-se evitar palavras e expressões que possam ter conotações preconceituosas, racistas e discriminatórias. É importante ter atenção para usar uma linguagem que contemple a diversidade de gênero, lembrando sempre que estamos falando *de* e *para* homens e mulheres. Por exemplo, evitar palavras só no gênero masculino.

Aperfeiçoando cada vez mais as propostas

É importante lembrar que durante o período da campanha, o Programa de Governo, apresentado como compromisso do partido, deve ser constantemente aperfeiçoado por meio da participação das pessoas nas atividades de campanha e do acúmulo de novas informações.

A análise das novas informações, quando importante, deve ser registrada e incorporada ao discurso dos candidatos e candidatas. Ela é também subsídio para a elaboração do Plano de Governo, caso o partido vença as eleições.

Aperfeiçoar não significa mudar as propostas no meio do caminho, mas atualiza-las de acordo com a dinâmica da conjuntura local e nacional.



ENDEREÇOS ELETRÔNICOS ÚTEIS

GOVERNO FEDERAL

Portal do Governo Federal

<http://www.brasil.gov.br>

Esta página reúne várias informações sobre o governo federal com links para outros portais do governo, como Agência Brasil de Notícias, Diário Oficial da União; síntese dos compromissos e ações e suas políticas; os programas e projetos por área e os resultados alcançados; indicadores socioeconômicos; página dos ministérios e secretarias; estrutura do governo (poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e entes federativos); um banco de dados atualizado sobre a legislação federal brasileira (Revista Jurídica Federal); utilidade pública (declarações, certidões, bibliotecas virtuais etc.). O portal transparência disponibiliza informações sobre a execução orçamentária (links para acessar prestação de contas, fiscalização, orçamento da União e conselho de transparência); Lei de Diretrizes Orçamentárias; informações e curiosidades sobre o Brasil (símbolos nacionais, museus, informações históricas, moedas, passeios virtuais etc.). Existe também o link *Fale com o Governo*, que é um canal de interlocução entre sociedade civil e governo.

Nesta página também pode ser encontrado o boletim eletrônico “Em Questão” e o caderno “Destaques”, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, que traz notícias sobre as ações e programas do governo, temas setoriais e atualidades, estudos, pesquisas e artigos. É possível se cadastrar no respectivo link e receber o “Em Questão” via e-mail (<http://www.brasil.gov.br/emquestao>). Nesta página o relatório de prestação de contas do governo pode ser acessado.

Palácio do Planalto

<http://www.planalto.gov.br>

O Palácio do Planalto é a sede da Presidência da República. Esta página reúne informações sobre o presidente (sua biografia, agenda, atribuições), a estrutura do Planalto (secretarias ligadas à Presidência, Núcleo de Assuntos Estratégicos, Controladoria-Geral da União, Comissão de Ética Pública, Sistema Público de Comunicação do Brasil e Conselhos), a base da legislação federal brasileira (códigos, leis, decretos, Constituição, medidas provisórias etc.), principais programas, notícias atualizadas sobre as ações desenvolvidas no país, destaques do programa *Café com o Presidente*, sua agenda, do Vice-presidente e dos titulares do órgão que compõem a estrutura da Presidência, informações históricas (galeria dos presidentes do país), publicações oficiais da Presidência da República (discursos e pronunciamentos) e o link *Contatos* disponibiliza uma lista de endereços eletrônicos de outros órgãos do governo federal.

O caderno *Destaques* traz informações atualizadas mensalmente sobre as principais ações e projetos do governo, com quadros comparativos, tabelas e textos de análise.

É também nesta página que você encontra as informações sobre o PAC, a política industrial e outros programas.



Portal de Serviços e Informações do Governo Federal

<http://www.e.gov.br>

Este site é um portal de notícias que traz informações de todas as áreas do governo federal. Disponibiliza inclusive links de outras páginas como do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central, Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), entre outros, assim como acompanhar as estatísticas da política econômica brasileira. Há ainda informações sobre serviços de alvarás, aposentadorias, certidões, documentos, pagamentos ao governo etc.

Agência de Notícias Governo Federal

<http://www.radiobras.gov.br>

A Radiobrás é uma empresa pública que veicula notícias sobre o Estado, governo e vida nacional. Nos links *notícias*, *rádio* e *tv* há programação e notícias atualizadas sobre política, economia, esporte, assuntos internacionais, reportagens especiais, informações sobre a Radiobrás e a NBR (canal de TV por assinatura). Além disso, aqui se pode visualizar a agenda do Presidente da República, íntegra de seus discursos, links para órgãos de governo, fotografias, sinopses dos principais jornais brasileiros. Existe canal de atendimento ao cidadão, por temas de interesse.

Casa Civil da Presidência da República

<http://www.presidencia.gov.br>

Aqui se pode visualizar a estrutura do Ministério, quem é quem, pronunciamentos e entrevistas com o Ministro, notícias do Ministério, base da legislação federal, links para outros órgãos do Governo Federal e um canal de comunicação com o Ministério. O mapa do site facilita a busca dentro desta página. Também é possível navegar pelos principais programas do governo e acessar na íntegra informações sobre a estrutura do governo federal.

Ministério da Agricultura

<http://www.agricultura.gov.br>

Estão disponíveis nesta página os relatórios de gestão das diversas secretarias; agrometeorologia; certificação de sementes e mudas; credenciamento de laboratórios; cooperativismo; cultivares; genética; infra-estrutura rural; leilões; saúde animal; tratamento fitossanitário; legislação; páginas do Ministério nos estados; várias estatísticas sobre agricultura, comércio exterior, crédito rural, estoques, índices agrícolas e outros; Câmaras setoriais e temáticas; Conselho Nacional de Política Agrícola; Conselho do Agronegócio; página de pesquisa à Legislação Agrícola Federal.

Há informações sobre os requisitos para importação e exportação de bens, diferenciados por tipo de produto, basta clicar em *Serviços*, na barra superior da página e escolher *Requisitos para importação* ou *Requisitos para exportação*. Esses links relacionam a documentação exigida e formulários a serem utilizados.

No link *Planos e Programas*, na barra superior da página inicial, podem ser encontrados os Planos Agrícola e Pecuário desde 2000 e o Plano Plurianual de 2004/2007. Nesse mesmo link, ao clicar em *Programas*, sub-dividido em animal, vegetal, equalização da cana e apoio ao setor, há um detalhamento das ações envolvidas nesses programas. Informações sobre procedimento para convênios com o Ministério, basta clicar, na barra superior da página inicial, em *Convênios*. Lá estão listados os órgãos técnicos que celebram convênios no MAPA, as dicas de como apresentar propostas e prestação de contas e a legislação correspondente.

*

★

★



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

<http://www.assistenciasocial.gov.br>

Neste site estão disponíveis informações sobre os programas federais de assistência social: Casa da Família e Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PAIF); Programas de Atenção à Pessoa Idosa; Atenção às Pessoas Portadoras de Deficiência; Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescente; Atenção à Criança de 0 a 6 Anos; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; Projeto Geração de Renda; Benefício Assistencial de Prestação Continuada (idosos e portadores de deficiência) e processo de revisão da concessão do Benefício de Prestação Continuada. Entrando no box *Descentralização*, à esquerda da tela, você encontra uma lista de links sobre a criação de planos, conselhos e fundos de assistência social nos municípios. Clique nos links e entenda os procedimentos para isso.

Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS

No site, entrando no link *Fundo Nacional de Assistência Social*, e em *Sistemática de financiamento*, existe um manual para apresentação de projetos e de prestação de contas, com lista de documentos necessários e critérios para transferência de recursos do Fundo Nacional. O manual traz anexados os formulários necessários para esse fim. Em *Sistemática de financiamento*, também há informação sobre os percentuais de contrapartida do município para o FNAS. O Ministério disponibiliza sugestões de projetos de engenharia para construção dos mais diversos tipos de centros de atendimento de assistência social. Há ainda informações sobre posição de benefícios emitidos e recursos gastos por município; indicadores derivados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE por município (resumo demográfico, domicílios, condições de educação, de saúde, economia local); Rede Articulada de Informações para Gestão da Assistência Social; formulários de avaliação de renda familiar. Pode-se conhecer também o sistema descentralizado e participativo da Assistência Social; Legislação relacionada à Assistência Social; Cadastramento Único para os programas do Governo Federal; Conselho Nacional de Assistência Social.

Ministério das Cidades

<http://www.cidades.gov.br>

A esse Ministério compete implementar a política de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito. Seus programas estão organizados em quatro sub-secretarias: Saneamento Ambiental, Transporte e Mobilidade; Habitação e Programas Urbanos.

No link *Mapa do site* é possível obter informações detalhadas sobre os principais programas dessa pasta: Plano Nacional de Habitação (PLANHAB); O sistema nacional de habitação de interesse social; Programa de Modernização do Setor de Saneamento; Habitação de Interesse social; Carta de Crédito Individual; Resíduos Sólidos Urbanos; Sistema de Limpeza Pública.

O Ministério disponibiliza também o programa “Sistema Nacional de Indicadores Urbanos”, que possui um manual explicativo de como instalar e utilizar o programa. Neste programa você pode encontrar dados sobre o município, desde valores orçamentários até composição da eleição da Câmara.

Na página inicial do Ministério das Cidades há um conjunto de manuais e cartilhas sobre os programas, seminários e palestras do Ministério. Veja os itens *Downloads* e *Sistemática 2003*.



Ministério da Ciência e Tecnologia

<http://www.mct.gov.br>

Responsável pela formulação e implantação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia, as diretrizes que norteiam as ações do Ministério se baseiam em um plano estratégico, descrito integralmente no site. Na barra menu localizada na parte superior da página inicial há um link de indicadores que apontam a evolução dos dados nacionais de ciência e tecnologia. Também é possível acessar a legislação que rege os diferentes campos de pesquisa. Nos links *fontes de financiamento* e *área de atuação* encontram-se os recursos e os diversos programas desenvolvidos, como a Rede Brasil de Tecnologia. Para obter informações sobre a estrutura organizacional e secretarias, utilize o link *MCT*.

Ministério da Cultura

<http://www.cultura.gov.br>

O Ministério da Cultura tem programas de incentivo ao desenvolvimento cultural que prevê financiamento a projetos de pessoas físicas, organizações públicas, privadas e organizações sem fins lucrativos. Esses convênios destinam-se a projetos de recuperação/conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, implantação de bibliotecas, montagens de espetáculos, apoio a divulgação de filmes, exposição de artes plásticas etc. Os projetos estão sub-divididos por área cultural e as informações estão disponíveis na Secretaria do Livro e Leitura, Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, Secretaria de Música e Artes Cênicas e Secretaria do Audiovisual. Para saber sobre programas, clique em *Apoio a Projetos*, no menu superior na página inicial do site. Você também encontra a legislação cultural, com leis, decretos, portarias etc., referentes à cultura; basta clicar em *Legislação cultural* na barra superior da primeira página. Nesta mesma barra está o link para editais e concursos do Ministério.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

<http://www.mda.gov.br>

Em sua página principal há informações sobre os principais programas: Reforma Agrária, Programa Nacional de Crescimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Crédito Fundiário, Territórios da Cidadania, Assistência Técnica, Projeto Dom Helder, Garantia Safra, Biodiesel. Clicando na imagem que ilustra cada um dos programas se obtém informações integrais sobre recursos, beneficiários, território de abrangência entre outras. No link *Institucional* estão as informações pelos campos: estrutura, notícias, serviços, unidades, convênios, projetos, relatórios, busca, vídeos, áudio e destaques.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

<http://www.mdic.gov.br>

Em *Mapa do Site* é possível visualizar todo o conteúdo da página, organizada por quatro eixos: comércio e serviços; desenvolvimento da produção; tecnologia industrial e Ministério. Nos links é possível organizar estatísticas de comércio exterior, assim como os programas desenvolvidos. Destacamos as informações contidas no site sobre o Programa de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, de Artesanato Brasileiro, Design e Biocombustível, no link *Desenvolvimento da produção*.

Ministério da Educação

<http://www.mec.gov.br>

A estrutura do MEC está dividida em órgãos de administração direta e indireta, com relações de subordinação, vinculação e supervisão dispostas em um organograma no link *Estrutura*



encontrado já na página inicial do site. Os principais programas do MEC são diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), bem como o ProUni. O detalhamento de todos os programas da pasta está disposto no site na barra *menu*, localizado ao lado esquerdo da tela inicial. No portal do MEC também é possível conhecer as políticas de Diversidade e Inclusão no link da *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*, responsável pelos programas de atenção às vítimas de discriminação e violência.

Ministério da Fazenda

<http://www.fazenda.gov.br>

Para obter informações condensadas sobre esta pasta vá ao link *O que é o MF*, localizado do lado esquerdo da tela. O Ministério cuida da formulação e execução da política econômica e dispõe índices de inflação, arrecadação, crescimento econômico e estatísticas da dívida pública. No link *Clipping* de notícias é possível realizar pesquisas sobre assuntos econômicos.

Ministério da Integração Nacional

<http://www.integracao.gov.br>

Apresenta informações gerais sobre os programas e ações de governo de acordo com o Plano Plurianual. A diretriz de trabalho segue a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que pode ser obtida na íntegra no site. O Ministério conta ainda com alguns fundos de financiamento para desenvolvimento regional. Para obter informações, clique em *Fundos*, na barra de ferramentas superior, na primeira página. Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, os Fundos Fiscais de Investimento, o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, os Incentivos Fiscais de reinvestimento e de redução do Imposto de Renda são instrumentos do Ministério da Integração Nacional voltados para a promoção do desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do estado do Espírito Santo e do estado de Minas Gerais, incluída na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste.

Ministério do Meio Ambiente

<http://www.mma.gov.br>

É possível encontrar programas especiais para a Amazônia relacionados ao desenvolvimento sustentável, à educação ambiental e para áreas protegidas. Há também informações sobre a Agenda 21, programa para promover novo padrão de desenvolvimento no mundo todo, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Em qualidade ambiental nos assentamentos humanos, clicando em *Recursos hídricos e gestão urbana*, você encontra o Manual para Obtenção de Recursos (ver o link na página www.mma.gov.br/port/sqa/index.cfm que foi elaborado pela Gerência de Gestão Ambiental Urbana e Regional, com a finalidade de subsidiar as prefeituras na preparação dos projetos de ordenamento da coleta, tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos.

Ministério de Minas e Energia

<http://www.mme.gov.br>

O Plano Nacional de Energia 2030 é um instrumento para o planejamento de longo prazo do setor energético do país, orientando tendências e balizando as alternativas de expansão do sistema nas próximas décadas, através da orientação estratégica da expansão. O plano na íntegra pode ser obtido através de download.

Outro programa de notoriedade dessa pasta é o Luz Para Todos, que tem o objetivo de levar



energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas até 2008. A instalação da energia elétrica nos domicílios será gratuita para as famílias de baixa renda. O programa será feito em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O objetivo é utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico dessas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

<http://www.planejamento.gov.br>

Para obter informações sobre o Ministério navegue através do link *Conheça o MP*, com descrição das competências, estrutura e organograma. No ícone Programas destaca-se: Programa de Cooperação Internacional em Gestão; Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal; Programa de Gestão Pública Empreendedora.

Ministério da Saúde

<http://www.saude.gov.br>

O site tem destacado, em uma barra menu ao lado direito da página principal, os programas encampados pelo Ministério, como Farmácia Popular e de DST/AIDS. Na barra menu localizado ao lado esquerdo visualiza-se o link *Indicadores/estatística*, realizado em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), na qual é possível acessar esses indicadores estatísticos clicando em *Painel de Indicadores do SUS*. Nessa mesma barra, no item *Pacto pela Saúde*, é possível baixar downloads sobre as reformas institucionais do SUS entre as três esferas de gestão (União, estados e municípios). No link *Consulta Pública* estão dispostas informações sobre a participação da sociedade civil no sistema de saúde brasileiro. Há informações sobre a regulação, avaliação, controle do sistema e nível de atenção.

Ministério da Defesa

<http://www.defesa.gov.br>

É um órgão destinado a estabelecer políticas ligadas à defesa e segurança do país, assim como as operações militares, o orçamento da defesa, política e estratégia militares e serviço militar. Os programas e projetos descritos na página principal são destinados às Forças Armadas Brasileiras, ao meio ambiente, aos militares e suas famílias.

Ministério do Esporte

<http://www.esporte.gov.br>

Desenvolve ações de inclusão social com o objetivo de garantir, através do esporte, qualidade de vida e desenvolvimento humano. Para tanto, implementa ações como o programa Bolsa Atleta, Projetos Esportivos sociais, Descoberta do Talento Esportivo, Pintando a Liberdade, Esporte e Lazer da Cidade, sendo que cada link dispõe das informações gerais sobre os programas.

Ministério da Justiça

<http://www.mj.gov.br>

O site disponibiliza dados sobre o Programa Transparência, sendo possível acessar por meio do ícone *MPA Transparência – Resultados de Programas* ações que dizem respeito à gestão da política na área da justiça como: Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, Combate à Criminalidade, Combate ao Crime Transnacional, Defesa dos Direitos Difusos, Reconhecimento da Utilidade Pública.



Ministério da Previdência Social

<http://www.previdenciasocial.gov.br>

O site traz o Relatório de Gestão, a Estrutura Regimental e Estatísticas da Previdência Social.

Ministério das Relações Exteriores

<http://www.mre.gov.br>

Esse Ministério tem a responsabilidade de assessorar o Presidente da República na formulação e execução da política externa brasileira. É possível acompanhar informações sobre a Carreira Diplomática e sobre o Programa de Ação Afirmativa.

Ministério do Trabalho e Emprego

<http://www.mte.gov.br>

O site congrega dados e estatísticas da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), do Dieese, a Pesquisa Nacional de Emprego, Observatório do Mercado de Trabalho e Temas.

Ministério dos Transportes

<http://www.transportes.gov.br>

A página dispõe da versão preliminar do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) que será discutido e reavaliado com cada estado.

Ministério do Turismo

<http://www.turismo.gov.br>

Com o propósito de fortalecer o mercado interno e ampliar a demanda, o Ministério do Turismo desenvolveu uma página no site que disponibiliza os investimentos na área do turismo.

Secretaria da Comunicação de Governo e Gestão Estratégica

<http://www.presidencia.gov.br/secom>

É possível conhecer através desse site as campanhas institucionais do governo federal. O link *Destaques* dispõe de informações sobre os programas do governo, atualizadas mensalmente.

Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca

<http://www.presidencia.gov.br/seap>

Os programas em execução na SEAP estão afinados com os princípios do crescimento sustentável. As políticas industriais, tecnológicas e de comércio exterior reúnem ações focadas na inovação tecnológica e no aumento das exportações.

Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

<http://www.presidencia.gov.br/cdes>

Nesta página há informações sobre o programa para Revitalização do Rio São Francisco e dados de programas federais e municipais no link *Cresce Brasil*.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

<http://www.presidencia.gov.br/sdeh>

A Secretaria trata da articulação e implementação de políticas públicas voltadas para a proteção e promoção dos direitos humanos. A 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos irá pautar as ações do ano de 2008 para atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos.



Secretaria Especial para Políticas de Promoção de Igualdade Racial

<http://www.presidencia.gov.br/seppir>

A Secretaria tem a missão de formular políticas contra as desigualdades raciais no país. Coordena políticas para comunidades remanescentes de quilombos através do Programa Brasil Quilombola e Políticas de Ações Afirmativas.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/

Estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras e que reafirmam o compromisso do governo federal de lutar por ações que revertam a discriminação. É possível acessar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Secretaria Geral da Presidência da República

<http://www.presidencia.gov.br/secgeral>

A Secretaria assiste o Presidente da República nas suas atribuições. Há links que informam a agenda do presidente e seus pronunciamentos.

Secretaria Nacional Antidrogas

<http://www.senad.gov.br>

Na página é possível encontrar dados estatísticos sobre o consumo de álcool e baixar o download completo sobre o primeiro “Levantamento Nacional sobre Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira”.

OUTROS ÓRGÃOS FEDERAIS

Senado Federal

<http://www.senado.gov.br>

Reúne informações sobre ações do governo, orçamento da União, legislação federal, link para consultar medidas provisórias, projetos de lei e publicações em acervo digital da biblioteca virtual do Senado.

Câmara dos Deputados

<http://www.camara.gov.br>

No link *Orçamento Brasil* apresenta informações sobre transferência a estados e municípios, relatórios específicos sobre a execução orçamentária e orçamento da União.

Superior Tribunal Federal

<http://www.stf.gov.br>

Dispõe de um Diário da Justiça eletrônico com suas edições mais recentes, link para pesquisar processos, jurisprudência, acessar publicações, legislação e estatísticas.

Superior Tribunal de Justiça

<http://www.stj.gov.br>

Os programas institucionais buscam fortalecer o compromisso do Tribunal com a promoção da cidadania, sendo que suas ações se concentram em projetos como: STJ Ambiental, Programa de Voluntariado, Sociedade para todas as Idades.



Diário Oficial da União

<http://www.in.gov.br>

É o portal da imprensa nacional, onde são publicados atos de interesses dos servidores públicos da administração pública federal, leis, decretos, portarias, editais etc.

AEB – Agência Espacial Brasileira

<http://www.agespacial.gov.br>

No link *Inclusão Social* é possível conhecer os projetos desenvolvidos pela Agência com informações detalhadas sobre o público-alvo, as estratégias e os benefícios. Os projetos são: AEB Escola, Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável Alcântara e Quintas Espaciais.

Banco Central do Brasil

<http://www.bcb.gov.br>

No portal é possível visualizar facilmente dados sobre o sistema financeiro nacional, bem como, de normas e legislações que o regulamentam. Ao lado direito do portal há uma barra menu sobre indicadores financeiros: inflação, câmbio e juros. No portal de notícias na página principal é possível ter os relatórios do Banco Central atualizados.

Banco do Brasil

<http://www.bb.com.br>

No site há links que levam aos programas do governo federal, assim como as ações de esporte e cultura que recebem apoio financeiro do Banco. No link *Fundação Banco do Brasil* é possível acessar todas as ações de responsabilidade social desenvolvidas pelo BB.

Banco do Nordeste

<http://www.bnb.com.br>

O Banco do Nordeste tem como objetivo ser referência como agente indutor do desenvolvimento sustentável da região Nordeste. O Programa Estratégico da instituição contempla ações de apoio à agricultura familiar, Programa de Micro-Crédito Produtivo orientado para a concessão de empréstimos a agricultores familiares.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

<http://www.bndes.gov.br>

É possível encontrar linhas de apoio financeiro e programas do BNDES que atendem as necessidades de investimento das empresas de qualquer porte e setor. No link, *Programas e Fundos* está disponível uma apresentação completa das linhas de apoio financeiro. Destacamos as informações do Programa Fundo Social, que apóia projetos nas áreas de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação, habitação, meio ambiente e amparo à cultura.

Caixa Econômica Federal

<http://www.cef.gov.br>

Aqui se encontram produtos e serviços para a cidade, para o cidadão (inclusive informações para casa própria) e para o desenvolvimento urbano. Contém informações sobre os programas do governo federal que passam pela CEF: cartas de crédito, financiamento para infra-estrutura, saneamento, habitação e pesquisa; Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Agente Jovem etc.



CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

<http://www.capes.gov.br>

No site é possível acessar editais de bolsa para docentes e discentes, em nível mestrado e doutorado, linhas de financiamento para grupos de pesquisa vinculados a instituições de ensino. Em *Periódicos*, link visualizado ao lado direito do portal, é possível realizar pesquisas sobre variados temas das áreas de ciências exatas, humanas e biológicas.

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

<http://www.embratur.gov.br>

A Embratur é uma autarquia responsável pela execução do Plano Nacional de Turismo no que se refere à promoção, marketing e apoio à comercialização dos produtos, destinos e serviços turísticos brasileiros no mercado internacional.

Estatuto da Cidade

<http://www.estatutodacidade.org.br>

Este site contém informações sobre o Estatuto da Cidade, sancionado em 2001. O Estatuto é um instrumento legal que possibilita a promoção da inclusão social e territorial nas cidades brasileiras, considerando aspectos urbanos e sociais. O site possui um banco de experiências de regulação urbanística.

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

<http://www.finep.gov.br>

A Finep é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia que promove e financia a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades, institutos tecnológicos e centros de pesquisa públicos e privados. O site dispõe em sua página inicial informações sobre seus programas. Destaque para os projetos na área de tecnologia da habitação e incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

<http://www.funai.gov.br>

O site da Funai contém informações sobre demarcações de territórios indígenas e legislação de proteção a esse segmento social.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis

<http://www.ibama.gov.br>

No portal desta autarquia federal, que executa ações nacionais das políticas de meio ambiente, estão disponíveis informações sobre monitoramento ambiental, fiscalização e recursos florestais. Na barra menu localizada ao lado esquerdo da tela encontra-se o link *Serviços*, no qual é possível consultar áreas embargadas, regularidade de territórios e verificação de licenças.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<http://www.ibge.gov.br>

Há uma infinidade de dados dos mais diversos temas sobre o Brasil e as unidades da Federação (inclusive sobre todos os municípios). Dentre os mais interessantes estão o Cidades, onde se encontram variadas informações por município (Área/km²); Pessoas residentes; Participação política; Saúde; Vida e risco de vida; Pesquisa pecuária municipal; Lavoura permanente; Lavoura temporária; Produção da extração vegetal e silvicultura; Empresa; Estatísticas deriva-



das; Pessoal ocupado; Pessoal ocupado assalariado; Salário e outras remunerações; Unidades Locais; Finanças públicas; Instituições financeiras; Estrutura Política; Estrutura Administrativa – Composição do quadro de pessoal; Legislação e Instrumentos de Planejamento no Município – Instrumentos de Planejamento e de Gestão Urbana; Estrutura Administrativa e Recursos para Gestão – Consórcios Intermunicipais, Informatização, Terceirização, Cadastro Imobiliário; Descentralização e Desconcentração Administrativa; Políticas Setoriais; Justiça e Segurança Pública; Comunicação, Comércio e Equipamentos Culturais e de Lazer; Variáveis Externas.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

<http://www.ipea.gov.br>

O IPEA é uma fundação pública subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com a atribuição de elaborar estudos e pesquisas para subsidiar o planejamento de políticas governamentais. As pesquisas e análises realizadas são publicadas, em sua maior parte, em livros, revistas, boletins, na coleção Texto para Discussão ou ainda em outros formatos. Em versão PDF para download gratuito encontram-se, dentre as edições datadas a partir de 1995/96, “Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise”, “Boletim de Conjuntura”, “Boletim de Política Industrial – Acompanhamento e Análise” e “Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise”, as revistas “Pesquisa e Planejamento Econômico” e “Planejamento e Políticas Públicas”, além de uma série de livros, textos para discussão, notas técnicas e documentos avulsos sobre diversos assuntos (dentro do site acesse *Publicações*). Muitos dados macroeconômicos sobre o Brasil e desagregados por regiões e unidades da Federação, inclusive municípios, podem ser encontrados em <http://www.ipeadata.gov.br>

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

<http://www.incra.gov.br>

Aqueles municípios onde houver Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, criados pelo INCRA ou por Órgãos Estaduais de Terras, que quiserem implantar projetos de educação de jovens e adultos têm disponível o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

No site do INCRA, no link *Serviços e Informações*, na barra superior da página, há links para várias informações sobre o tema da reforma agrária e para programas relacionados. Um deles é o Crédito Fundiário.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

www.iphan.gov.br

Neste site estão as políticas e regulamentações que visam salvaguardar o patrimônio artístico e cultural brasileiro. O link *Patrimônio Cultural*, na página principal se desmembrará em três subitens: patrimônio material, patrimônio imaterial e bens reconhecidos pela Unesco. Destacam-se como seus principais programas: Tombamentos Históricos; Campanha pela Recuperação dos Bens Procurados; Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

PETROBRAS

<http://www.petrobras.com.br>

O site oferece dados sobre o grande número de projetos alocados no setor de responsabilidade social da empresa, como financiamentos na área da cultura, esporte e meio ambiente, onde é possível verificar os seus resultados e benefícios que foram destinados ao público-alvo das ações.



Polícia Federal

<http://www.dpf.gov.br>

O site disponibiliza informações sobre os serviços oferecidos para a comunidade. Ainda é possível acessar informações no portal de notícias e baixar dados estatísticos relativos a apreensão de drogas no país.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

<http://www.seade.gov.br>

O portal da Fundação, que é um dos centros nacionais de produção e disseminação de pesquisa, análises e estatísticas sócio-econômicas e demográficas, disponibiliza um banco de dados dividido por temas como educação, transporte, economia e eleições entre outras. Em <http://www.seade.gov.br/bibliocidade/> há guia de sites para bibliotecas públicas.

Secretaria da Receita Federal

<http://www.receita.fazenda.gov.br>

A Receita é responsável pela administração dos tributos de competência da União. Seu site oferece links para pessoas físicas e jurídicas com informações sobre situação fiscal, solicitação de cadastros, certidões e declarações fiscais.

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

<http://www.serpro.gov.br>

Neste site é possível encontrar informações sobre programas e serviços para o controle e prestação de contas dos gastos públicos. Aqui são encontrados sites dos Ministérios, Secretarias de Estado, órgãos federais, Poder Legislativo e Judiciário, governos estaduais, prefeituras, tribunais de contas, do trabalho e eleitorais e Ministério Público (inclusive os estaduais).

Plano Plurianual 2004-2007

<http://www.planobrasil.gov.br>

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento para governar o Brasil, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal por um prazo de quatro anos.

Programa Fome Zero

<http://www.fomezero.gov.br>

Dentre outras, o site contém orientações sobre como e onde fazer doações; informações sobre as ações e as políticas estruturais, específicas e locais, do Programa; artigos, entrevistas, notícias, manuais para download e documentos para pesquisas; orientações sobre como colaborar voluntariamente, informações sobre o processo de certificação de empresas, cadastro de CRD, uso da logomarca do Programa, Fundo de Erradicação e de Combate à Fome, empresas parceiras do Programa, além de links com instituições/entidades que compartilham a causa e informações sobre o Bolsa Família.

Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural

<http://www.creditofundiario.org.br>

O Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural é complementar a outros programas tradicionais de reforma agrária e apoio à agricultura familiar. O Programa se destina aos estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), do Sudeste (Espírito Santo e Minas Gerais) e do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Os interessados devem estar reunidos

★

★

★



em uma associação, onde todos se responsabilizam pelos compromissos. Para saber o que pode ser financiado, valores do financiamento, quem pode participar e como obter o financiamento, veja o manual do Programa em http://www.creditofundiario.org.br/biblioteca/index?folder_id=57405

ObrasNet

<http://www.obrasnet.gov.br>

Esse sistema permite o acompanhamento, pela Internet, do andamento das obras operacionalizadas pela Caixa Econômica Federal, voltadas para o desenvolvimento urbano e rural. Além da visualização de fotos do empreendimento desde o início, aqui também estão disponíveis várias informações referentes à situação atual do contrato e da obra.

GOVERNOS ESTADUAIS

Nos sites dos governos estaduais são encontradas informações diversas sobre os estados, sites das Secretarias estaduais, dos municípios, órgãos estaduais, Poder Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais.

ACRE <http://www.ac.gov.br>

Há um destaque para o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre como fonte de geração de emprego, melhor distribuição da renda e preservação ambiental e cultural, sendo possível acessar informações na íntegra.

ALAGOAS <http://www.governo.al.gov.br/>

A página principal do site reúne informações sobre os programas e consultas disponíveis nas áreas da saúde, assistência, agricultura, esporte e cultura.

AMAPÁ <http://www.ap.gov.br>

No link *Órgãos Governamentais* há informações da descrição de projetos realizados nos municípios estratificados por área. Tais ações podem ser utilizadas como referência ou apenas para consulta. Na área da saúde, a página disponibiliza indicadores de natalidade, produtividade, mortalidade e morbidade.

AMAZONAS <http://www.amazonas.am.gov.br>

Esse portal destaca o projeto PAI (Pronto Atendimento Itinerante), em parceria com o governo federal, que objetiva prestar serviços à população que não tem acesso às políticas públicas por falta de documentos.

BAHIA <http://www.ba.gov.br>

Essa página dispõe de um grande número de programas do governo estadual e federal que podem ser visualizados pelo ícone *Programas nas Áreas* (saúde, educação, esporte, erradicação do trabalho infantil).

CEARÁ <http://www.ceara.gov.br>

A página apresenta as principais ações do governo estadual denominadas projetos estruturantes. O site também dispõe de estatísticas sobre o desenvolvimento econômico e rural local, saúde, segurança pública, infra-estrutura, planejamento, recursos hídricos e turismo.

*



ESPÍRITO SANTO <http://www.es.gov.br>

Destacam-se os projetos de governo: Programa de Fortalecimento da Economia Capixaba e Melhoria do Transporte Público.

DISTRITO FEDERAL <http://www.df.gov.br>

Esta página oferece no link *Planejamento* a primeira Pesquisa Distrital por amostra de domicílios que propõe o levantamento da realidade sócio-econômica da população, os projetos de leis e portarias.

GOIÁS <http://www.goias.go.gov.br>

Segundo o IBGE, as estatísticas sobre Goiás indicam que foi o estado que mais expandiu sua produção industrial e, portanto, contempla grandes parques industriais. O site apresenta informações sobre programas do governo e de utilidade pública para cidadãos.

MARANHÃO <http://www.ma.gov.br>

No link *Secretarias* é possível acessar as áreas a que se destinam os investimentos públicos, os programas, informações sobre os municípios e conselhos.

MATO GROSSO <http://www.mt.gov.br>

As ações destacam os programas de governo, as metas e investimentos que se configuram como diretrizes para alcançar os resultados pretendidos.

MATO GROSSO DO SUL <http://www.ms.gov.br>

Os programas gerenciados pelo governo do estado podem ser consultados pelo link *Mapa do Site*, bem como a estrutura organizacional, conselhos e fundações.

MINAS GERAIS <http://www.mg.gov.br>

As ações do governo são elencadas por área como, Ciência e Tecnologia, com o programa de inclusão digital utilizado como ferramenta de inserção no mercado de trabalho para jovens.

PARÁ <http://www.pa.gov.br>

Os projetos do governo podem ser acessados pelo ícone *Ações* (no link selecione a página). É possível encontrar as áreas de investimento no âmbito estadual e federal.

PARAÍBA <http://www.paraiba.pb.gov.br>

A página dispõe do link *Secretarias*, onde é possível acessar a área de interesse e as informações desejadas sobre os programas desenvolvidos pelo governo.

PARANÁ <http://www.pr.gov.br>

Os programas federais que constam nessa página são: Bolsa Família, Agente Jovem, Benefício da Prestação Continuada, PET, Programa Sentinela. É possível visualizar quais os objetivos desses programas no link *Pessoa, Família, Sociedade*, além disso também há possibilidade de consultar ações estaduais.

PERNAMBUCO <http://www.pe.gov.br>

Os programas destacados na página beneficiam a população da zona rural (Programa Chapéu de Palha), também destaca-se o Pacto pela Vida, na área de segurança pública. No campo habitacional, o Programa Minha Casa e o Projeto Pernambuco na Copa 2014.

★

★

★



PIAUI <http://www.pi.gov.br>

A página traz alguns indicadores divididos por área temática sendo possível visualiza-los através do link *Perfil Municipal*.

RIO DE JANEIRO <http://www.governo.rj.gov.br>

O link *Projetos/Programas* está subdividido em sete áreas onde são alocadas as ações do governo do estado: Superintendência de Arranjos Produtivos Locais, de Competitividade, de Desenvolvimento Regional, de Economia da Cultura, da Energia, de Projetos Espaciais e de Projetos Estruturantes.

RIO GRANDE DO NORTE <http://www.rn.gov.br>

Dentre as ações promovidas pelo governo destaca-se o Programa Sentinela (atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência), regionalização da saúde, qualificação profissional, mérito educacional (valorização do funcionalismo público).

RIO GRANDE DO SUL <http://www.rs.gov.br>

A página apresenta links para todas as secretarias, órgãos e entidades, bem como informações sobre economia e municípios. Importante consultar o site da Fundação de Economia e Estatística do Estado (FEE) - www.fee.tche.br - que traz dados sobre o Estado.

RONDÔNIA <http://www.rondonia.ro.gov.br>

No link *Projetos* é possível visualizar a pesquisa PNAGE, que traça o diagnóstico geral das administrações públicas estaduais, e há também um plano de desenvolvimento regional para o planejamento e execução das ações governamentais do estado.

RORAIMA <http://www.rr.gov.br>

Os programas que se destacam estão na página inicial: Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Roraima (Funder) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

SANTA CATARINA <http://www.sc.gov.br>

A seção *Municípios* do portal do governo disponibiliza informações de serviços de turismo, história e geografia e dados estatísticos dos municípios de Santa Catarina.

SÃO PAULO <http://www.saopaulo.sp.gov.br>

As ações do governo incluem um plano para educação “10 metas para o ano de 2010”. Programas de inclusão digital, o Acesso São Paulo, de habitação popular, da malha ferroviária etc. O site dispõe de alguns resultados dos programas e é possível lê-los através do ícone *Números*.

SERGIPE <http://www.se.gov.br>

A página dispõe de um link *Área de Interesse* onde é possível observar as ações do governo subdivididas, navegue por essa seção para conhece-las.

TOCANTINS <http://www.to.gov.br>

No link *Destaques* é possível encontrar os programas e projetos sociais priorizados como o Programa Nacional de Biodiesel, programas que instituem incentivos fiscais e contribuem para a competitividade das empresas no campo agropecuário e programas que visam a melhoria da malha ferroviária.

★

★

★



INSTITUTOS DE PESQUISA, FUNDAÇÕES E AFINS

(ver também links sugeridos nestes sites)

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

<http://www.abong.org.br>

É possível acessar publicações e projetos desenvolvidos por organizações não-governamentais.

CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – Fundação Prefeito Faria Lima

<http://www.cepam.sp.gov.br>

Desenvolve projetos e oferece cursos de capacitação nas mais diversas áreas de interesse da administração pública. Seus clientes são poderes executivos municipais, câmaras municipais, empresas e autarquias públicas. Os projetos e cursos objetivam ajudar a solucionar problemas locais e regionais e gerar conhecimento e informação na procura de resultados positivos para as comunidades. O “Boletim Informativo” traz temas muito interessantes. Consulte as *Dicas de Leitura* da Biblioteca Virtual e a *Resenha Econômica*.

CNM

Confederação Nacional de Municípios

<http://www.cnm.org.br>

Aqui podem ser encontradas informações sobre mobilização de municípios, eventos, áreas temáticas, como trânsito (municipalização, legislação, estudos e estatísticas), educação (municipalização, incumbências, programas do MEC, financiamentos, regime de colaboração), informática (acesso via satélite, hospedagem, programas que podem ser baixados da Internet, dicionário de hardware, web design, etc.), receita (receita municipal, legislação tributária, previsão de FPM para 2004, transferências constitucionais, experiências de sucesso); links para sites de entidades municipais em cada estado; contas públicas; CidadeCompras (cotação eletrônica para compras públicas).

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

<http://www.cnpq.br>

O CNPQ é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica. No site é possível acessar o currículo Lattes dos pesquisadores financiados por esse órgão, buscar instituições de ensino e pesquisa.

★

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

<http://www.dieese.org.br>

O DIEESE é uma instituição de pesquisa sobre o mundo do trabalho. Há várias indicações de dados e publicações que podem ser utilizados para diagnósticos socioeconômicos, especialmente do Brasil e de algumas regiões metropolitanas (São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Salvador e Recife).

★

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

<http://www.embrapa.br>

Órgão vinculado ao Ministério da Agricultura que dispõe de contribuições para a pesquisa agropecuária nacional.



FAPs - Fundações e Entidades de Amparo à Pesquisa FAPESP/SP

<http://www.fapesp.br>

O site dispõe de um grande número de informações de amparo à pesquisa de diversos estados do país.

FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT

<http://www.fes.org.br>

A Fundação desenvolve projetos com parceiros, especialmente em torno de políticas públicas, sendo que os eixos da área de trabalho são igualdade entre os gêneros e racial, direitos da juventude e à comunicação.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

<http://www.fjp.gov.br>

A FJP congrega a produção de estatísticas e indicadores econômicos e sociais sobre as várias dimensões da realidade do País e, especialmente, do estado de Minas Gerais e de seus municípios, no desenvolvimento de pesquisas aplicadas, abrangendo assuntos como finanças públicas, criminalidade e violência, serviços de saúde, educação e assistência social, patrimônio histórico e cultural, atividades urbanas, serviços de transportes, modernização e reforma do Estado, entre outros.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

<http://www.fpabramo.org.br>

A Fundação desenvolve projetos de caráter político-cultural. A página dispõe de links direcionados para o PT, parlamento, executivo e informações sobre a Editora Fundação Perseu Abramo e acesso à biblioteca digital.

GESTÃO LOCAL

<http://www.web-brazil.com/gestaolocal/rede.html>

A Rede de Bancos de Dados sobre Gestão Local objetiva facilitar o acesso aos diversos bancos de dados que contêm informações sobre práticas de gestão local. Este site traz uma lista de endereços de entidades que tratam deste tema, basta clicar em Participantes.

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

<http://www.ibict.br>

O IBICT é um centro nacional de pesquisa, intercâmbio científico, formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico que desenvolve sistemas de informação e comunicação que contribuam para o avanço da ciência. No link *Programas* está disponibilizado acesso livre a periódico científicos.

IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares

<http://www.ipen.br>

O IPEN é uma autarquia do governo estado de São Paulo, veiculada à secretaria de Desenvolvimento, em seu site é possível obter informações sobre os cursos de pós-graduação e grupos de pesquisa científica nessa área.

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo

<http://www.ipt.br>

Disponibiliza acervo tecnológico e dá subsídios para formulação de políticas públicas na área tecnológica.

*



OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

<http://www.ippur.ufrj.br/observatorio>

Oferece alguns dados sobre regiões metropolitanas brasileiras, questões de gestão pública municipal e cidadania, com indicação de publicações e textos para download. O *Metrodata* traz dados estatísticos e mapas temáticos das regiões metropolitanas.

PARTIDO DOS TRABALHADORES

<http://www.pt.org.br>

No site do partido é possível obter informações sobre a sua estrutura, secretarias, congressos, secretarias setoriais e enquetes.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

<http://www.pnud.org.br>

As informações estão subdivididas de acordo com seus nove eixos de ação: pobreza e desigualdade; meio ambiente; raça; educação e cultura; saneamento; segurança e justiça; administração pública; cidadania e energia. É possível acessar dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

PORTAL DO EXPORTADOR

<http://www.portaldoexportador.gov.br>

Esse Portal foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para dar suporte às empresas exportadoras. No link *Apoio as Exportações*, na barra lateral de opções, há várias dicas sobre procedimentos administrativos, crédito, programas, entidades de suporte ao exportador, acordos comerciais, logística, tarifas e normas de vários países, barreiras não alfandegárias, legislação, links internacionais para oportunidades de negócios, mercados e produtos.

PÓLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

<http://www.polis.org.br>

O Pólis é uma organização não-governamental que atua no campo das políticas públicas e do desenvolvimento local. É possível acessar as áreas temáticas e projetos.

PROSSIGA – Informação e Comunicação para Ciência e Tecnologia

www.prossiga.ibict.br

Fornecer links para várias bases de dados, portais e boletins eletrônicos. Oferece ainda um link *Como achar o que deseja na Internet*.

UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

<http://www.lite.fae.unicamp.br/grupos/links/linkuni.htm>

Endereço que indica links para várias universidades brasileiras por região do País.



Publicação do Grupo de Trabalho Eleitoral

Maio/2008

Coordenação Geral

Ricardo Berzoini

Coordenação das Diretrizes para o Programa de Governo

Selma Rocha

Texto

A elaboração deste texto tomou como base os cadernos elaborados em 2004 pelo *Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes* e os textos sobre Desenvolvimento Local produzidos pelo *Grupo de Trabalho de Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo* composto por Antonio Carlos Granado, José Cavalli, Jupira Cauhy e Matilde Ribeiro.

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

SCS - Quadra 2, Bloco C, N° 256, Edifício Toufic, 1° Andar

Brasília / DF - Brasil • CEP 70302 - 000

Fone: +55 61 3213-1313

www.pt.org.br



"O Programa de Governo é um instrumento de convencimento sobre as possibilidades de mudança da vida das pessoas e de afirmação do projeto de desenvolvimento nacional em curso."

Ricardo Berzoini
Presidente Nacional do PT



Partido dos Trabalhadores
Diretório Nacional

www.pt.org.br